

KAUÊ FABIANO DA SILVA QUEIROZ



CURITIBA

2009

KAUÊ FABIANO DA SILVA QUEIROZ



**A CONSTITUIÇÃO DO REGULAMENTO Nº 7 DE
EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL (1921-1942)**

Monografia apresentada como requisito parcial
para conclusão do Curso de Licenciatura em
Educação Física, do Departamento de
Educação Física, Setor de Ciências Biológicas,
da Universidade Federal do Paraná.

Orientador(a): Prof.º Dr. Marcus Aurélio
Taborda de Oliveira

CURITIBA

2009

KAUÊ FABIANO DA SILVA QUEIROZ

**A CONSTITUIÇÃO DO REGULAMENTO Nº 7 DE
EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL (1921-1942)**

**Monografia apresentada como requisito parcial
para conclusão do Curso de Licenciatura em
Educação Física, do Departamento de
Educação Física, Setor de Ciências Biológicas,
da Universidade Federal do Paraná.**

MARCUS AURÉLIO TABORDA DE OLIVEIRA

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que me acompanharam no percorrer desse caminho, e que, de algum modo, me apoiaram na realização deste trabalho.

Ao Prof.^o Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, meu orientador, meu sincero agradecimento pelo acolhimento, pela sensibilidade, por contribuir com o meu processo de formação e por ser um intelectual inspirador.

Agradeço à Prof.^a Drand Vera Moro por me acolher no Centro de Memória do Departamento de Educação Física da UFPR, incentivar o meu interesse pela pesquisa e me orientar nos primeiros passos para a construção deste trabalho. Sem dúvida, se não fosse por essas contribuições, a presente pesquisa não teria se tornado realidade.

Ao Prof.^o Dr. André Capraro agradeço as contribuições para a construção desta monografia, e pelo apoio otimista, acreditando que a temática abordada poderia contribuir com a área da Educação Física, e ainda oportunizar o desenvolvimento de estudos mais aprofundados.

À Prof.^a Drand Letícia Godoy, um agradecimento especial pelas palavras de carinho e conforto, e também por acreditar que eu poderia finalizar a minha graduação com um bom trabalho.

À Prof.^a Dra Doralice Lange, pelas dicas dadas para construção do meu projeto, e também pelo incentivo para ir além dos estudos de graduação com esta temática.

Com muito carinho agradeço aos meus queridos amigos Elaine Oliveira, Hildete Galvão e Tiago Zanlorenzi, que não foram apenas amigos ao logo desses quatro anos e durante o desenvolvimento deste trabalho, mas que constituíram uma família para mim dentro da Universidade.

À amiga Elaine Oliveira, agradeço pelas horas de conversa sobre a pesquisa, pela disposição em sempre ajudar, e por compartilhar nossas angústias e alegrias.

À amiga Hildete Galvão, pela alegria contagiante que me motivou durante esse percurso, e por acreditar, muitas vezes, mais que eu mesmo nas dimensões que esta pesquisa poderia alcançar.

Ao amigo Tiago Zanlorenzi, pelas diversas discussões feitas, e pelas diversas ideias trocadas acerca da temática. Ainda por me ajudar a encontrar fontes substanciais à construção da pesquisa.

À amiga Paola Oliveira, pelas conversas prazerosas e pelo apoio nos momentos certos.

Ao amigo Tom Lisboa, pela paciência em me ouvir nos momentos de angústia durante o desenvolvimento do trabalho, pelas palavras de conforto e pela experiência que me orientou em momentos decisivos.

Agradeço a todos que estiveram presentes no Centro de Memória do Departamento de Educação Física da UFPR, onde pude encontrar e ter acesso às fontes mais ricas para a construção desta pesquisa.

Finalizo com os agradecimentos mais especiais...

Aos meus amados e queridos pais, Alciomir e Norma, por sempre terem acreditado em mim, apoiando-me em minhas escolhas e decisões. Obrigado pelo carinho, pelo amor e por toda a dedicação que possibilitou não só desenvolver esta monografia, mas alcançar com sucesso a minha formação acadêmica. À minha irmã querida Kamile, pelas palavras de conforto, pelo carinho e pela amizade. À minha querida tia Eliane, pelas várias horas de conversa e por sempre me apoiar. Agradeço por fazer parte desta linda família!

Era um caminho que de tão velho,
minha filha,
já nem mais sabia onde ia...
Era um caminho
velhinho,
perdido...
Não havia traços
de passos no dia
em que por acaso o descobri:
pedras urzes iam cobrindo tudo.
O caminho agonizava, morria
sozinho...
Eu vi...
Porque são os passos que fazem os
caminhos!

Mario Quintana

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	viii
LISTA DE QUADROS.....	ix
RESUMO.....	x

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: AS QUESTÕES NORTEADORAS E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	01
----------------------------------------------------------------------------------	----

CAPÍTULO 1

DO RÈGLEMENT GÉNÉRAL D'ÉDUCATION PHYSIQUE AO REGULAMENTO N.º7 DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	08
1.1 O MÉTODO FRANCÊS E A ESCOLA DE JOINVILLE-LE-PONT: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DE FRANCISCO AMOROS E GEORGES DEMENY.....	10
1.1.1 Dom Francisco de Amoros e a Ginástica Francesa no Século XIX.....	12
1.1.2 O Surgimento da Escola Militar de Joinville-le-Pont.....	16
1.1.3 Georges Demeny: a Nova Voz sobre a Educação Física na França.....	20
1.1.4 Os Novos Regulamentos de Educação Física no Início do Século XX.....	22
1.2 EIS O BRASIL! A ADOÇÃO DE UM NOVO MODELO DE UM VELHO CONTINENTE.....	27
1.2.1 A Influência Militar Francesa no Brasil.....	28
1.2.2 A Aprovação do Regulamento N.º 7 no Governo Getulista.....	33
1.2.3 Entre Críticas e Defesas.....	37

CAPÍTULO 2

O REGULAMENTO N.º7 DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM SUAS PARTES: DESMONTANDO O OBJETO.....	45
2.1 Estrutura, Partes e Materialidade.....	46
2.2 Para o Homem Civil e o Homem Militar: os Conceitos e os Métodos do Regulamento N.º 7 de Educação Física.....	56
2.3 Compreensão do Objeto a partir de Algumas Estratégias da Produção e de Publicação.....	70

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O REGULAMENTO N.º7 PARA O BRASIL	72
FONTES.....	82
REFERÊNCIAS.....	84

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Anúncio da Revista de Educação Física, n. 18, Dezembro de 1934 ...	40
FIGURA 2 – Anúncio da Revista de Educação Física, n. 24, Julho de 1935	41
FIGURA 3 – Anúncio da Revista de Educação Física, n. 25, Agosto de 1935.....	42
FIGURA 4 – Anúncio da Revista de Educação Física, n. 28, Dezembro de 1935 ...	43
FIGURA 5 – Capa do <i>Règlement Général d'Éducation Physique</i> , 1932	49
FIGURA 6 – Capa do Regulamento N.º 7 de Educação Física, 1934.....	50
FIGURA 7 – Capa do Regulamento N.º 7 de Educação Física, 1937	51
FIGURA 8 – “Marcha em Espiral – Caracol”, Regulamento N.º 7	54
FIGURA 9 – “Formar as Azas do Moinho”, Regulamento N.º 7	54
FIGURA 10 – Grande Afastamento Lateral, Mãos nos Quadris, Flexão Alternada de Pernas (<i>Règlement Général d'Éducation Physique</i>).....	55
FIGURA 11 - Grande Afastamento Lateral, Mãos nos Quadris, Flexão Alternada de Pernas (Regulamento N.º 7 de Educação Física).....	55
FIGURA 12 – “Carrinho de Mão”	66
FIGURA 13 – “O Tirador d'Água”	66
FIGURA 14 – “Suspensão Inclinada: Elevação do Joelho, Seguida de Extensão da Perna”	67
FIGURA 15 – “Suspensão Alongada: Elevação dos Joelhos, Extensão das Pernas”	67
FIGURA 16 – “Finta ao Rosto”	69
FIGURA 17 – “Estrangulamento de Frente”	69

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – 17 Séries de Exercícios do “Manual de Educação Física, Ginástica e Moral”, 1830	15
QUADRO 2 – Princípios Gerais do Método de Demeny	21
QUADRO 3 – Comparação entre o Regulamento de 1902 e o Regulamento de 1910	23
QUADRO 4 – Divisão dos Conteúdos do Regulamento de Educação Física em Francês e em Português	51

RESUMO

Apresenta-se, um estudo histórico que buscou investigar a constituição de uma obra publicada no Brasil na década de 1930 como guia oficial de treinamento dos corpos de tropa: o Regulamento N.º 7 de Educação Física – Método Francês. A pesquisa analisou o objeto destacando os seus principais pressupostos metodológicos, a fim de desvelar as bases sobre as quais foi constituído no contexto brasileiro. Para tal fim, dialogando com os autores Jacques Le Goff (1997) e Roger Chartier (1990), o trabalho se concentrou na “desconstrução da montagem”, ou seja, procurou entender o objeto de estudo a partir dos processos que o levaram a ser que é/o que era, dos significados que ele tem/que ele teve, e dos interesses sociais, políticos e comerciais que o re-significaram durante contexto abordado. Nesse processo, o estudo dividiu-se em dois capítulos. No primeiro, apresento o Regulamento N.º 7 de Educação Física desde a sua elaboração na França até a sua adoção no Brasil e tradução para o português. No segundo, abordo a materialidade, os conteúdos e os pressupostos metodológicos que estruturaram a obra. A título de conclusão, a pesquisa aponta nas considerações finais que a adoção e publicação do Regulamento N.º 7 de Educação Física foi uma tentativa de unificar a Educação Física brasileira. Ainda conclui que, durante a trajetória da obra no Brasil, foi demonstrado que ela seguiu a interesses políticos, e que se fundamentou sobre um discurso de nacionalismo e de eugenia, para fortalecimento da nação e criação de uma identidade nacional nos moldes europeu.

PALAVRAS-CHAVE: Regulamento N.º 7; Método Francês; Educação Física; Corpos de tropa.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: AS QUESTÕES NORTEADORAS E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para discorrer sobre o Regulamento N.º7 de Educação Física, objeto de estudo privilegiado deste trabalho, e sobre o Método Francês, o conteúdo sistematizado no corpo deste objeto, não poderia, pois, deixar de abordar primeiramente o surgimento das escolas ginásticas no século XIX.

A Europa, de fins do século XIX e início do século XX, contribuiu ao mundo ocidental com uma série de conquistas, por assim dizer, nos campos da economia, da indústria, da saúde, da educação, a partir do pensamento de diversos intelectuais.

Nesse contexto, desenvolveram-se as quatro escolas ginásticas, ou métodos ginásticos, correspondentes aos seus países de origem: Alemanha, Suécia, França e Inglaterra. Para Soares (2007), esses quatro métodos tiveram interesses em comum, dentre os quais, destacam-se a regeneração da raça; a promoção da saúde; o desenvolvimento da coragem, da força e da moral; e o fortalecimento do papel da mulher como perpetuadora da raça.

No Brasil em meados do século XIX a ginástica Alemã ganhou destaque, sobretudo por ter sido consagrada como o método oficial do exército brasileiro em 1860¹. Entretanto, esse método não foi unânime, ele encontrou concorrência com o método Sueco, defendido pelo então deputado Rui Barbosa. O modelo ginástico Sueco foi amplamente divulgado pelo deputado que destacava a sua utilização em instituições de ensino devido ao caráter pedagógico².

Soares (2007) afirma que foi o Francês, o método oficialmente adotado no Brasil por volta de 1912, já na sua forma de Educação Física³. Goellner (1992), ao abordá-lo em sua dissertação, destacou que o papel de orientar o desenvolvimento

¹ GOELLNER, 1992.

² Não vou aprofundar aqui o desenvolvimento dos métodos Sueco e Alemão no Brasil no final do século XIX e início do século XX. Para melhor compreensão, consultar a historiografia da Educação Física brasileira que contempla a temática (SOARES, 2007; GOELLNER, 1992; MARINHO, 1956).

³ Quero esclarecer ao leitor os conceitos utilizados para os termos Educação Física/educação física neste trabalho. Utilizo o termo Educação Física com iniciais maiúsculas quando me refiro a uma área de conhecimento com bases históricas na medicina, na biologia, no militarismo e nos métodos ginásticos, e ainda como uma disciplina escolar. Já a utilização do termo educação física com iniciais minúsculas, refere-se a uma preparação do corpo, uma preparação orgânica e biológica, ou seja, uma educação *physica*. Ainda, o termo Educação Física com iniciais maiúsculas sempre será utilizado quando for parte do título do objeto aqui estudado, "Regulamento N.º7 de Educação Física".

dessa forma de exercício físico foi atribuído ao Regulamento N.º7 de Educação Física, traduzido do *Règlement Général d'Éducation Physique – Methode Française*, em 1932, com o principal objetivo de ser o guia orientador das tropas brasileiras. É importante salientar que o Regulamento foi produzido em uma escola militar e para uma educação física militar, questão que será mais bem abordada no decorrer do trabalho.

Esta obra publicada em dois volumes na década de 1930, já recebeu olhares de outros pesquisadores da História da Educação Física brasileira, sobretudo, como importante fonte para compreender as tramas estabelecidas entre a adoção do Método Francês, sua relação com a instituição escolar e a educação física militar. Dentre eles, se faz necessário citar: o trabalho de Goellner⁴, no qual a autora defende a proposição de que o Método Francês, através do modo pelo qual se desenvolveu no Brasil, foi utilizado com a mesma orientação tanto na caserna como na escola; o trabalho de Ferreira Neto⁵, o qual teve por objetivo investigar o desenvolvimento de uma teoria pedagógica militar para o ensino da Educação Física nas escolas brasileiras, dentro do recorte temporal de 1880 a 1950; as considerações de Carmen Soares⁶, ao abordar o surgimento de uma classe burguesa do século XIX e a Educação Física como expressão física da sociedade do capital, e ainda, as contribuições de Francisco Amoros e Georges Demeny⁷ para o desenvolvimento do Método Francês; e, sobretudo, destaco a tese de Linhales⁸ ao discorrer sobre o lugar do esporte na escola, investigando os projetos culturais da

⁴ GOELLNER, Silvana V. **O Método Francês e a Educação Física no Brasil: da caserna à escola**. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

⁵ FERREIRA NETO, Amarílio . **A Pedagogia no Exército e na Escola: A Educação Física Brasileira (1880-1950)**. Aracruz ES: FACHA, 1999.

⁶ SOARES, C. Lúcia . **Educação Física: Raízes européias e Brasil (4ª edição)**. 4ª. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SOARES, C. Lúcia . **Imagens da Educação no Corpo (3ª edição)**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

⁷ Francisco Amoros e Georges Demeny foram os dois grandes precursores do Método Francês, diferenciavam-se no aspecto em que o primeiro defendia o empirismo nacionalista, e o segundo abordava o conceito cientificista fisiológico. Esses atores do contexto francês serão melhor abordados no decorrer da pesquisa.

⁸ LINHALES, Meily Assbú. **A escola, o esporte e a “energização do caráter”**: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935). 2006. Tese (Doutorado em Educação: Faculdade de Educação da UFMG) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2006.

ABE – Associação Brasileira de Educação –, e ao propor uma “desmontagem”⁹ das fontes, dando novos sentidos e significados a elas, incluindo o Regulamento N.º7.

Os trabalhos citados reforçam o importante papel da pesquisa histórica na Educação Física, ao descobrir novos elementos sobre um contexto e possibilitar novos olhares sobre um mesmo objeto. Outros estudos¹⁰ reforçam tanto o desenvolvimento da pesquisa histórica na Educação Física, como abordam o trabalho com diferentes tipos de fontes na construção de uma narrativa histórica.

A inclinação para pesquisar o Regulamento N.º7 de Educação Física como objeto da história da Educação Física brasileira partiu do contato com um acervo de fontes históricas¹¹, no qual ele estava presente, e a partir dos questionamentos que suscitou a respeito de sua importância para a Educação Física brasileira.

O livro imponente, com capa vermelha e o título “Educação Física – Regulamento N.º7” de 1937, autoria do Ministério da Guerra, logo causou-me inquietação sobre sua finalidade, seu contexto, sua produção, sua apropriação e sobre seus métodos.

Concomitante, comecei a traçar os primeiros passos do estudo, interpretando os autores que já utilizaram esse objeto como fonte, buscando outras fontes que poderiam responder aos questionamentos feitos e atentando a outros indícios ou pistas a respeito dos significados do Regulamento N.º7.

De acordo com Ferreira Neto (1999), o sucesso de uma pesquisa histórica, num certo sentido, é determinado pela experiência do pesquisador na “montagem do quebra-cabeça”, pelo método e pelas fontes disponíveis. Dialogando com o autor, acrescento que o pesquisador necessita se valer da “intuição”, a qual, em uma pesquisa histórica, pode ser fundamental para encaixar “peças-chave”.

Tendo como referência esse cenário e os indícios deixados pelas fontes, eu pude estruturar o conceito que norteará este trabalho, o qual reside na percepção do que chamarei de “desconstrução da montagem”. Formulei o conceito com base na literatura abordada: Le Goff (1997) e Roger Chartier (1990).

⁹ Sobre o conceito de “desmontar” a autora dialoga com Le Goff (1997) no texto “Documento/Monumento”.

¹⁰ VAGO 2002; TABORDA DE OLIVEIRA 2003; PAIVA 2003; MELO 1999.

¹¹ A realização desse trabalho só foi possível graças ao acervo do Centro de Memória do Departamento de Educação Física da UFPR – CEMEDEF/UFPR – onde pude encontrar os “tesouros” mais férteis para a construção dessa pesquisa. Agradeço, sobretudo, a Prof.^a Vera Moro do Departamento de Educação Física da UFPR, por me acolher nesse projeto e possibilitar o meu contato com as fontes históricas.

A montagem do documento é aqui entendida como todos os processos que o levaram a ser o que é/o que era, os significados que ele tem/que ele teve, a partir dos interesses sociais, políticos e comerciais do contexto abordado. Le Goff afirma que o documento

É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.¹²

Nesse enredo, com a intenção de desconstruir a montagem do Regulamento N.º 7 de Educação Física no Brasil, tece a questão central para o desenvolvimento desta pesquisa: qual(is) foi(ram) a(s) montagem(ns) para a constituição do Regulamento N.º 7 como guia oficial de instrução da educação física no Brasil?

Tomando ainda o objeto de estudo, o presente trabalho busca nas relações que marcaram o encontro entre o Regulamento N.º 7 e a consolidação da Educação Física no Brasil, subsídios capazes de responder também as seguintes indagações: quais foram os mecanismos propulsores para inserção do Regulamento N.º 7 no âmbito militar? Como foi utilizado pelos comandantes do Exército? Como foi elaborado o seu desenvolvimento metodológico? Quais implicações trouxe para a Educação Física brasileira? Enfim, é tomado como agente motriz desta pesquisa, todo um conjunto muito amplo de questões ligadas à apropriação do Regulamento N.º 7 de Educação Física em âmbito nacional.

Apesar dos diálogos estabelecidos com a literatura, não foram encontrados, dentro dos limites dessa pesquisa, estudos que contemplem o Regulamento N.º 7 de Educação Física como temática privilegiada, ou como objeto de estudo. Logo, uma análise histórica do objeto, bem como o aprofundamento da questão norteadora desta pesquisa, se faz relevante, pois poderão apontar informações ainda desconhecidas pelos historiadores da Educação Física e suscitarão novos estudos que elejam a obra como temática ou fonte. Por isso, o estudo do Regulamento N.º 7 de Educação Física pode representar novas possibilidades de abordagem no âmbito da história da Educação Física brasileira.

¹² LE GOFF, 1997, p. 103.

Para aprofundar a questão norteadora, tracei como objetivo dessa pesquisa, analisar historicamente o Regulamento N.º 7, apontando os seus principais pressupostos metodológicos, a fim de desvelar as bases sobre as quais foi constituído no contexto brasileiro. E para tal fim, estabeleci como objetivos secundários pesquisar os mecanismos que permitiram a introdução do Regulamento N.º 7 nas instituições militares; inquirir sobre como foi re-significado o objeto; e, compreender as implicações da adoção do Regulamento N.º 7 à Educação Física no Brasil.

O Regulamento N.º7 de Educação Física, publicado em 2 volumes, bem como sua versão original em francês, *Règlement Général d'Éducation Physique*, publicada em 3 volumes, são as fontes privilegiadas da pesquisa. As fontes complementares usadas são: a Revista de Educação Física do Exército, divulgadora da Escola Militar, onde primeiramente foi adotado o Regulamento N.º7 como guia orientador; a Revista Educação Physica (1932-1945), importante impresso que divulgou artigos de vários pensadores – militares e civis - da Educação Física nas décadas de 1930 e 1940; algumas publicações de Inezil Penna Marinho, destacado intelectual que contribui com seus estudos pioneiros sobre a história da Educação Física brasileira; o livro “*Les bases scientifiques de l'éducation physique*” de Geroges Demeny, cujos estudos foram fundamentais para o desenvolvimento do Método Francês; o livro “Histórico da Educação Física” pelos 1^{os} Tenentes do Exército, o qual serviu de base para diversos estudos posteriores sobre a Educação Física na França e no Brasil de início do século XX; o “Fichário dos Instrutores de Educação Física” que abordou modelos de aplicação do Método Francês para os corpos de tropa; o livro “Inquérito sobre o Método Nacional de Educação Física realizado pela divisão de Educação Física” publicado pelo Ministério da Educação e Saúde, o qual abordava a adoção do Regulamento N.º7 no Brasil e a busca pela elaboração de um Método de educação física Nacional a partir de 1942; e os decretos que oficialmente legitimaram o Método Francês e o Regulamento N.º7 no Brasil.

Os critérios para análise das fontes foram divididos em: organização e seleção do material a ser observado, priorizando sua relevância para a pesquisa; descrição aprofundada do corpus das fontes, e busca do referencial teórico; e, interpretação do material para desvendar os conteúdos mais expressivos.

Compreendendo que é fundamental para uma pesquisa histórica estabelecer diálogos com os panoramas políticos, sociais e culturais do determinado contexto, o período histórico abordado será de 1921 a 1942. O recorte temporal justifica-se por compreender que o estudo não se limita à adoção oficial do Regulamento N.º7, pelo Decreto n. 21.324, de 27 de Abril de 1932, contudo, abrange os mecanismos e os eventos que contribuíram a resolução desse Decreto e os eventos posteriores a ele. Goellner (1992) e Soares (2006) afirmam que o Método Francês foi amplamente incentivado pelo governo getulista e ganhou notoriedade no Brasil nas décadas de 1930 e 1940.

O recorte temporal estabelecido tem como marco inicial o Decreto n. 14.784, de 27 de Abril de 1921, cujo objetivo era aprovar o Regulamento de Instrução Física Militar adaptado das teorias da escola de *Joinville-le-Pont*¹³, preconizadora do *Règlement Général d'Éducation Physique*. Como marco final, o lançamento do Inquérito sobre o Método Nacional de Educação Física, em 10 de Novembro de 1942¹⁴, cujo objetivo era investigar a opinião dos técnicos e dos professores de Educação Física para a construção de um “Método Nacional de Educação Física”.

Este trabalho está estruturado em dois capítulos. O primeiro - *Do Règlement Général d'Éducation Physique ao Regulamento N.º7 de Educação Física* – é uma tentativa de entender essa obra desde sua elaboração na França até sua adoção no Brasil. No segundo – O Regulamento N.º7 de Educação Física em suas partes: desmontando o objeto – serão abordados a materialidade, os conteúdos e os pressupostos metodológicos da obra.

Para concluir o trabalho, nas considerações finais – O Regulamento N.º7 para o Brasil – serão abordadas as bases sobre as quais o objeto foi constituído no Brasil e os interesses que impulsionaram a escolha da obra como um guia orientador oficial da educação física brasileira.

O estudo desenvolvido nesta pesquisa é o ponto inicial de um trabalho mais amplo que pretendo desenvolver. A questão sobre como um livro produzido ao final

¹³ A escola *Joinville-le-Pont* foi fundada em 1852, na cidade de Paris, França. Esta instituição foi a preconizadora do *Règlement Général d'Éducation Physique* e será abordada com maior profundidade no decorrer do estudo.

¹⁴ O Inquérito sobre o Método Nacional de Educação Física defendido por Inezil Penna Marinho, veio em contramão ao Método Francês, pois foi uma tentativa de demonstrar que o referido método não satisfazia a todos os profissionais de Educação Física das décadas de 1930 e 1940. Esta temática também receberá mais atenção com o desenvolvimento do trabalho.

da Primeira Guerra Mundial, feito para treinamento de corpos de tropa, chegou às instituições escolares brasileiras para o ensino da educação física civil, ainda suscita-me questionamentos. Nesse sentido, pretendo investigar em um estudo futuro, como o Regulamento N.º 7 de Educação Física foi utilizado para o ensino da Educação Física escolar no Brasil a partir da década de 1930.

1 DO RÈGLEMENT GÉNÉRAL D'ÉDUCATION PHYSIQUE AO REGULAMENTO N.º7 DE EDUCAÇÃO FÍSICA

O caminho percorrido desde a elaboração do Regulamento Geral de Educação Física na França até a sua adoção e tradução no Brasil é permeado por aproximações e distanciamentos, identificações e convergências com o contexto Europeu de início do século XX e com o panorama político e social do Brasil nas décadas de 1920, 1930 e 1940. Por isso, lanço mão de algumas “pistas” ou “indícios”, com o objetivo de esclarecer ao leitor as indagações e os questionamentos que me impulsionaram a compreender uma determinada realidade.

A primeira parte, ou volume, do Regulamento em francês apresenta no texto do prefácio da edição a influência das experiências de combate e os avanços da fisiologia no desenvolvimento do método, permeado por ideais eugênicos. Fica claro o desenvolvimento de um método de educação física para os corpos de tropa, influenciado, sobretudo, pela Primeira Guerra Mundial:

Les nombreuses expériences d'avant-guerre, les méthodes appliquées pendant la guerre à la préparation physique rapide des jeunes classes, les résultats obtenus depuis l'armistice par la diffusion de l'Éducation physique et des sports, les progrès réalisés par la Physiologie appliquée aux exercices du corps ont souligné la nécessité d'établir une méthode générale d'Éducation physique applicable à tous les Français, sans distinction d'âge ni de sexe, et adaptée au tempérament national.

Riche des expériences du passé, en parfaite concordance avec les découvertes scientifiques les plus récentes, la Méthode Française répond actuellement à ces différentes nécessités parce qu'elle continue la tradition des Maîtres de l'École Française et poursuit dans son évolution le perfectionnement de la race^{15 16}.

Já no Brasil, é aprovada em 1932 a adoção da tradução da 1ª e 3ª parte do Método de Educação Física francês, justificada pela falta de um guia orientador para as tropas brasileiras, visando estabelecer um método com características nacionais.

¹⁵ As numerosas experiências anteriores a guerra, os métodos aplicados durante a guerra à preparação física rápida das jovens classes, os resultados obtidos desde o Armistício pela divulgação da Educação física e dos desportos, os progressos realizados pela Fisiologia aplicada aos exercícios do corpo sublinharam a necessidade de estabelecer um método geral de Educação física aplicável a todos Franceses, sem distinção de idade nem de sexo, e adaptado ao temperamento nacional. Rico em experiências do passado, em perfeita concordância com as descobertas científicas mais recentes, o Método Francês responde atualmente a estas diferentes necessidades porque ele continua a tradição dos Mestres da Escola Francesa e prossegue na sua evolução do aperfeiçoamento da raça (tradução minha).

¹⁶ REPUBLIQUE FRANÇAISE. Ministère de la Guerre, 1932, p.5

O Decreto n. 21.324 de 1932 revela uma questão importante, a aprovação somente da 1ª e 3ª partes do Regulamento, deixando de lado a 2ª parte do método, que abordava o desenvolvimento de atividades esportivas.

O chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil resolve aprovar o **Regulamento de Educação Física (1ª e 3ª partes)**¹⁷, que com este baixa, assinado pelo general de divisão José Fernandes Leite de Castro, ministro de Estado da Guerra.

Rio de Janeiro, 27 de Abril de 1932, 111º da Independência e 44º da República.

Getúlio Vargas. José Fernandes Leite de Castro¹⁸.

O preâmbulo da primeira parte da edição brasileira deixou claro a adoção do Regulamento Geral de Educação Física para os corpos de tropa e estabelecimentos militares e ainda apresentou uma justificativa para a escolha do Método Francês, afirmando que este apresentava as melhores condições de adaptação ao caso brasileiro:

A publicação deste regulamento, tradução integral do Regulamento Geral de Educação Física francês pela Escola de Educação Física do Exército, é motivada pela falta de um guia orientador da educação física nos corpos de tropa e estabelecimentos militares. [...]

Adotando o método preconizado pela E.S.E.F. de Joinville-le-Pont e praticando-o a vários anos procura a Escola de Educação Física do Exército fazer a sua adaptação ao elemento nacional, por isso que esse é o método, que em suas características científicas, apresenta as maiores probabilidades de perfeita adaptação ao nosso caso particular¹⁹.

Os elementos revelados nesses contextos vão desde a elaboração do método, cercado por pressupostos eugênicos e demarcado por discursos nacionalistas com o objetivo de aperfeiçoar a nação francesa, segundo as características dela, até a chegada ao Brasil, com objetivos similares àqueles que o originou na França.

Antes mesmo de sua aprovação, os 1ºs Tenentes do Exército²⁰ salientaram que o Método Francês

¹⁷ Embora, a obra tenha recebido o título de “Regulamento n.7 de Educação Física”, ela também era conhecida como “Regulamento de Educação Física” e “Regulamento Geral de Educação Física”.

¹⁸ BRASIL. Decreto n. 21.324, 1932, grifo meu.

¹⁹ BRASIL. Ministério da Guerra, 1937, p.5.

²⁰ Designação contida na capa do livro “Histórico da Educação Física” aos seus autores.

[...] se propõe a resolver o problema da educação física integral, ora em estudos no Centro²¹, não deve ser considerado invenção recente; não é o esforço de um cérebro e nem tão pouco de uma instituição. Ele representa mais de um século de contínuos e pertinazes estudos através a ciência, quer no domínio analítico das leis da mecânica animal, quer no terreno da fisiologia aplicada ou ainda nas observações de caráter pratico realizadas sobre o terreno e com o auxilio da cinematografia²².

Para revelar as conexões desta trama, e compreender os mecanismos para além das fontes oficiais, diálogo com Ginzburg, quando este define o saber venatório como “[...] a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente”²³.

Então, levando em consideração os diferentes contextos da criação e construção do Regulamento n. 7, primeiramente contextualizarei o surgimento da ginástica francesa em meados do século XIX; o surgimento da escola de Joinville-le-Pont; e o desenvolvimento do método por Georges Demeny, sob a influência dos estudos de Amoros e dos avanços da fisiologia. Após, abordarei a chegada do Método Francês ao Brasil; as missões militares francesas; a adoção do Regulamento n.7 pela Escola de Educação Física do Exército e sua aprovação oficial para todo o Brasil; e a difusão do Regulamento pelas escolas de educação física e pelas publicações da Revista Educação Physica.

1.1 O Método Francês e a escola de Joinville-le-Pont: algumas contribuições de Francisco Amoros e Georges Demeny

O Regulamento n. 7 de Educação Física foi elaborado com base em uma concepção, segundo a qual, a educação física deveria contemplar o homem desde sua infância, adaptá-lo progressivamente às suas possibilidades e necessidades, preparando-o tanto para suas funções de soldado como para as de cidadão. Essa percepção pode ser observada em uma afirmação de Georges Demeny, precursor do *Règlement Général d'Éducation physique*, citado pelo Cap. Bernard na Revista Brasileira de Educação Física:

²¹ Centro de Militar de Educação Física do Rio de Janeiro, que posteriormente passou a ser a Escola de Educação Física do Exército.

²² BONORINO; MOLINA; MEDEIROS, 1931, p.181.

²³ 1990, p.152.

Alguns meses de instrução militar serão mais suficientes para fazer, de um homem cujo adestramento físico lhe assegura perfeita saúde, um soldado de têmpera resistente, o qual, mesmo reintegrado a sua profissão civil, continuará sempre preparado para as fadigas de guerra porque nunca mais abandonar  a prática dos exercícios físicos ensinados na escola, prática que passou a fazer parte integrante de sua vida privada e que, por isso mesmo, tornou-se para ele uma verdadeira necessidade²⁴.

O enraizamento dos paradigmas que nortearam a elabora o do Método Francês, culminando na publica o do *R glement Général* (1923), articularam-se com o desenvolvimento da sociedade francesa de séculos XIX e XX, e com os avanços da ciência no mesmo período, tendo uma base tanto fisiológica, no sentido de conhecimento do funcionamento do corpo humano e de suas partes, como uma base pedagógica, quando orienta as formas de progressão dos exercícios e como os instrutores devem agir nas situa o de treinamento.

Ainda no século XVIII, dois grandes acontecimentos foram consubstancias para a origem do Método do Franc s²⁵: a Revolu o Francesa de 1789, um dos marcos da história francesa e mundial, e a Revolu o Industrial, com início em 1760. Nesse contexto, Soares afirma que “a França revolucionária constitui-se em espaço onde a crença na educa o como prática capaz de promover mudanças   radicalizada, transformando-se em propostas que, no limite, tornaram-se leis”²⁶.

Os ideais de direito a educa o e de forma o para o trabalho, emergidos com a Revolu o Francesa e a Revolu o Industrial, sustentaram a inten o do fortalecimento da na o e do aprimoramento da raça. O episódio do Revanchismo franc s²⁷ suscitou um forte sentimento de nacionalismo na França, foi a partir dessa perspectiva que a ginástica ganhou lugar, tanto para militares quanto para civis, com uma idéia de educa o voltada para o desenvolvimento social, baseada em pressupostos nacionalistas.

²⁴ DEMENY apud BERNARD, 1944, p.15.

²⁵ GOELLNER, 1992.

²⁶ 2007, p.40.

²⁷ Em 1870 a França foi derrotada ao tentar conter o expansionismo germânico e foi obrigada a ceder   Alemanha a Alsácia-Lorena, região rica em carvão e minério de ferro. Cresceu então, entre os franceses, um sentimento de vingança para recuperar o território cedido.

1.1.1 Dom Francisco de Amoros e a Ginástica Francesa no século XIX

A ginástica francesa desenvolveu-se no século XIX tendo como principal criador Dom Francisco de Amoros y Ondeano²⁸, espanhol naturalizado francês. O seu trabalho recebeu grande destaque, pois, além de formar um homem forte e sadio, englobava valores morais, qualidades psicológicas e destacava a disciplina para a formação de um homem e de um Estado nacional. Amoros definia a ginástica como

[...] a prática de todos os exercícios que tornam o homem mais corajoso, mais intrépido, mais inteligente, mais sensível, mais forte, mais habilidoso, mais adestrado, mais veloz, mais flexível e mais ágil, predispondo-o a resistir a tôdas as intempéries das estações, a tôdas as variações dos climas, a suportar tôdas as privações e contrariedades da vida, a vencer tôdas as dificuldades, a triunfar de todos os perigos e de todos os obstáculos que encontre, a prestar, enfim, serviços assinalados ao Estado e a Humanidade²⁹.

Amoros teve como inspiração as idéias pedagógicas do suíço Jean Henri Pestalozzi (1746-1827), as quais destacavam a importância do exercício físico na educação das crianças, para uma formação estética e sensorial³⁰. Pestalozzi foi filósofo, teólogo, filólogo e dedicou-se ao estudo sobre o desenvolvimento das faculdades humanas. Entre os assuntos que pesquisou, destacaram-se a ordem, a disciplina, a religião e também a ginástica, a qual relacionava ao desenvolvimento da criança: “o habito do exercício físico não só desembaraça fisicamente a criança, como também desenvolve-lhe as qualidades intelectuais e morais [...]”³¹. Sob a influência dos ideais de Pestalozzi, Amoros discursava em favor da cultura do corpo e da educação:

A moral, a política, a economia e mesmo a educação, apresentam verdades tão reais como a matemática; mas, porque não são elas adotadas? Porque não querem; mas é preciso querer, e querer energicamente, se se deseja ter uma educação e formar homens completos. A divisa para reformar a educação e para combater com

²⁸ D. Francisco de Amoros y Ondeano nasceu em 19 de Fevereiro de 1770, em Valença, na Espanha. Iniciou a vida militar aos 9 anos ainda na Espanha. Aos 17 anos foi nomeado 2º Tenente, e anos mais tarde Coronel. A base de sua educação foi a ginástica, a esgrima, a natação e a equitação. Morreu em Paris em 1848 aos 78 anos (SOARES, 2006).

²⁹ apud ACCIOLY e MARINHO, 1956, p. 102.

³⁰ SOARES, 2007.

³¹ BONORINO; MOLINA; MEDEIROS, 1931, p.78.

sucesso a ignorância, os preconceitos e as paixões perigosas, deve ser Vontade e Perseverança³².

Em 1814, com a queda do trono da Espanha, coronel Amoros se mudou³³ para a França e passou a fazer parte do corpo editorial do jornal *Le Nain Jaune*, onde se familiarizou com a cultura francesa e conseguiu se dedicar e divulgar suas idéias sobre a educação física.

Dentro de pouco tempo, suas teorias sobre a ginástica e seus princípios e doutrinas elevados conquistaram a apreciação do governo francês, do qual recebeu apoio, que por sua vez teve conseqüências diretas ao desenvolvimento da ginástica francesa. A partir desse momento, Amoros conseguiu aprimorar seus estudos sobre a ginástica. Soares (2007) afirma que a importância atribuída ao trabalho do coronel na França, foi por conseqüência do caráter científico almejado para justificar a necessidade da ginástica construída para os militares e civis.

Em 4 de Novembro de 1819, o governo francês cedeu-lhe uma faixa de terra na praça Dupleix, em Grenelle, afim de que pudesse construir ali a Escola Normal Civil e Militar de Ginástica. Somente em 1820, Amoros deu início às atividades em seu ginásio³⁴.

De acordo com Soares³⁵ entre as atividades que lá ocorriam,

³² AMOROS Y ONDEANO, apud BONORINO; MOLINA; MEDEIROS, 1931, p.99.

³³ Encontrei na literatura algumas divergências em relação a esse acontecimento: Soares (2006) afirma que o coronel foi deportado para a França, enquanto que Goellner (1992) e Accioly e Marinho (1956) afirmam que ele se refugiou na França. É interessante refletir sobre esse acontecimento: Amoros ganhou destaque na Espanha no reinado de Carlos IV, durante o qual realizou diversas reformas administrativas. O rei Carlos IV teve que abdicar após a rebelião de Avanzuez e passar o cargo para o seu filho Fernando VII, que governou apenas durante três meses (março de 1808 a maio de 1808). Durante a administração de Fernando VII, Amoros perdeu o posto de coronel, e nesse momento apoiou a causa do Imperador da França Napoleão I, que tinha tomado as cidades de Pamplona, Barcelona, Figueras e SanSebastian no norte da Espanha. Com o pretexto de cumprir o Tratado de Fontainebleau (1807), que permitia a passagem de tropas francesas pelo território espanhol a fim de invadir Portugal, Napoleão enviou o marechal Murat à Madri e forçou Fernando VII abdicar e reconhecer José Bonaparte como rei da Espanha. Pelo apoio prestado a causa napoleônica, Amoros foi nomeado membro das câortes de Bayonna e pode votar na escolha do novo rei da Espanha, José I. Com o irmão de Bonaparte no trono, Amoros foi repostado ao cargo de coronel e nomeado conselheiro de Estado e intendente geral da polícia espanhola. Nesse período, Amoros conseguiu publicar vários artigos nos jornais de Madri, divulgando suas idéias sobre a ginástica. Em 1813, José I foi derrubado e Fernando VII, que tinha sido preso no Castelo de Valençay, na França (entre os anos de 1809 e 1813), reassumiu o trono da Espanha em 1814. De volta ao trono, instaurou um regime absolutista, perseguindo todos os adversários que haviam lutado por sua queda e também contra a sua volta ao poder. Nesse contexto Amoros foi para a França em 1814.

³⁴ BONORINO; MOLINA; MEDEIROS, 1931, p.99.

³⁵ 2006, p. 36.

[...] destacam-se grandes festas cívicas, realizadas anualmente, nas quais eram conferidos verdadeiros “espetáculos” de demonstração de força física e destrezas, portanto, em espaço oficial de divulgação de um modelo de treinamento do corpo e da vontade: o lugar onde se aprende a fazer o correto uso das forças físicas e morais.

Amoros impôs-se de tal forma na França, que após a fundação do Instituto de Grenelle, o governo francês o nomeou diretor do Ginásio Normal e Inspetor Geral dos Ginásios Militares de Paris.

Dentre os trabalhos que escreveu, o que obteve maior destaque, e teve maior influência para o que veio a ser depois o *Règlement Général d'Éducation Physique*, foi o “Manual de Educação Física, Ginástica e Moral”, publicado em dois volumes no ano de 1830. O coronel detalhou todos os aparelhos, máquinas, instrumentos e a planta de seu ginásio, utilizados na aplicação do método ginástico. Essa obra foi premiada pela Academia Real de Ciência da França em 24 de Dezembro de 1835³⁶.

Criador da ginástica francesa e fundador da escola chamada amorsiana, D. Francisco de Amoros y Ondeano teve fechado seu ginásio no ano de 1837, devido a uma grande redução de créditos para a manutenção do local. E, foi sem dúvida, o Instituto de Grenelle o berço do grande movimento em benefício do método francês.

Em seu método, concebia quatro tipos de ginástica: civil e industrial; militar; médica; cênica ou funambulesa. Segundo Soares³⁷, a ginástica pensada por Amoros “[...] insere-se no conjunto das normas de conduta moral e de pedagogias que se elaboram para formar ou reformar o corpo, regulando corretamente suas manifestações e educando a vontade”.

Este método compreendia “exercícios elementares”, que eram analíticos e executavam-se sob diversos ritmos ou cantos; exercícios de marcha, corrida, salto, trepar, lançar, transportar, defesa e de natação, todos executados do modo mais natural e utilitário possível; jogos de bola, patinação, esgrima, a pé e a cavalo, a equitação, o remo, o tiro e o manejo de todas as armas usadas na época, as danças e até exercícios de habilidade manual.

Os exercícios publicados em seu Manual de 1830 foram classificados em 17 séries, e considerados por ele a “ciência da ginástica geral”:

³⁶ Idem, p.100

³⁷ 2006, p. 37

1º - Exercícios elementares **ritmados e sustentados por cantos**, tendo por fim desenvolver a voz e ativar os movimentos respiratórios.

2º - **Marchar e correr**, em terrenos os mais variados, escorregar e patinar; habituar-se às corridas de fundo e de velocidade.

3º - **Saltar** em profundidade, altura e largura, em todas as direções, para a frente, para os lados, para trás; com ou sem armas, com auxílio de uma vara ou de um bastão, ou de um fuzil ou lança.

4º - **Exercícios de equilíbrio** ou de passagem sobre pinguelas, barra fixa ou oscilante, horizontal ou inclinada, a cavalo ou de pé, progredindo para frente ou para trás, para habituar-se as passagens de ribeiros ou precipícios, utilizando-se de ramos de árvores ou de uma vara.

5º - **Transposição de obstáculos naturais**, tais como barreiras, muros, fossos, etc., conduzindo ou não uma carga.

6º - **Lutas** de varias maneiras para **desenvolver a força muscular, a destreza, a resistência** à fadiga e vencer o adversário.

7º - **Trepar** em escala vertical ou progredir em escada horizontal, fixa ou oscilante, para diante ou para trás, como o auxílio dos pés ou simplesmente das mãos ou então ao longo de uma corda cheia de nós, ou mesmo lisa, vertical, fixa ou oscilante, em posição diagonal ou vertical, descer escorregando ou de qualquer outra maneira.

8º - Atravessar um espaço determinado com suspensão variável, de braços, mãos e pés, ou somente pelas mãos, ou ainda com o auxílio de uma vara ou corda esticada.

9º - **Nadar nu e vestido**, com ou sem carga, sobretudo armado, mergulhar e manter-se longo tempo em equilíbrio sobre a superfície líquida, aprender a salvar uma pessoa sem, entretanto, se deixar arrastar por ela.

10º - Parado ou em movimento, com habilidade e segurança, suspender e **transportar** corpos de conformação varia, incômodos e pesados, algumas vezes homens ou crianças; salvá-los de um perigo; **arrastar ou empurrar** pesos ou massas consideráveis para poder aplicá-los aos casos de utilidade militar ou de interesse público.

11º - **Praticar** a esferistica antiga e moderna, atlética e militar em todas as suas modalidades; lançar bolas, bolões, a péla, de diferentes pesos a tamanhos e arremessar toda espécie de projetís sobre pontos determinados.

12º - **Praticar o tiro** ao alvo sobre alvos fixos e móveis.

13º - **Exercitar-se na esgrima** a pé e a cavalo; manejar toda a espécie de arma branca.

14º - **Praticar a equitação**; fazer o treinamento preparatório no cavalo de pau, depois todos os exercícios em um cavalo.

15º - Praticar as dansas pirricas ou militares e as dansas de sociedade, dando a estas o mais amplo desenvolvimento.

16º - Para os alunos civis e alunos que se destinam ao professorado, **as lições de canto e música serão desenvolvidas, ressaltando a influência da música sobre o**

aperfeiçoamento moral do homem; as lições de fisiologia serão ministradas constantemente, afim de que os alunos tenham conhecimento pleno da razão do ser dos movimentos e das suas funções e conheçam o caráter, o temperamento e as faculdades de seus alunos, e a servir-se dos meios mais convenientes, exigidos nas diversas circunstancias em que se acharem como professores de ginástica. Ensina-se-lhes, também, o principal objetivo do método, o de desenvolver as faculdades em geral. [...]

17º - Além dos exercícios ginásticos gerais e especiais, o método emprega outros que tendem a aumentar a resistência à fadiga, aos trabalhos penosos e às intempéries e que servem também para **aumentar a destreza e tornar habilidosos seus alunos**. [...]

(BONORINO; MOLINA; MEDEIROS, 1931, p.103-105, grifos meu)

QUADRO 1 – 17 Séries de Exercícios do “Manual de Educação Física, Ginástica e Moral”, 1830

A tendência utilitária desse método tornou-se parte da educação física francesa, observada também no *Règlement Général*.

Parece que Amoros conseguiu explicitar a relação que poderia existir entre seu método ginástico e o fortalecimento da saúde dos indivíduos, envolvendo elementos para uma educação universal dos homens³⁸. Dizia ele: “que o benefício e a utilidade comuns, são o objetivo principal da ginástica, com a prática de todas as virtudes sociais”³⁹.

O destaque que recebe os feitos de Amoros aqui nesse trabalho justifica-se, porque todas as obras em torno da ginástica e da educação física na França, produzidas até meados do século XX, receberam sua influência, incluindo o objeto de estudo privilegiado dessa pesquisa, o Regulamento n. 7 de Educação Física.

1.1.2 O surgimento da Escola Militar de Joinville-le-Pont

O período após o fechamento do ginásio de Amoros – 1837 – foi de declínio e esquecimento para a educação física na França. Entretanto, em 1838, o Ministério da Guerra francês constituiu uma comissão presidida pelo General Conde de Rocheret com o objetivo de elaborar um regulamento de ginástica destinado ao exército. Essa comissão não obteve sucesso e o regulamento não chegou a ser publicado.

³⁸ SOARES, 2006.

³⁹ apud ACCIOLY; MARINHO, 1956, p. 102.

Em 1845, o Ministério da Instrução Pública nomeou outra comissão, e desta vez ela deveria estudar o problema do ensino da ginástica nas escolas e nos colégios. Os resultados obtidos por essa comissão afirmaram que o problema das instituições de ensino era a falta de mestres capacitados para o ensino da ginástica.

Logo após em 1846, o Ministério da Guerra reconstituiu a comissão de 38, presidida então pelo general Aupick, com o coronel Amoros integrando a equipe e também seu discípulo Napoleão Laisné. O trabalho dessa comissão progrediu rapidamente e nesse mesmo ano foi aprovado o primeiro regulamento francês de ginástica, destinado aos estabelecimentos militares e aos corpos de tropa. O regulamento recebeu o título “Instrução para o ensino da Ginástica nos corpos de tropa e nos estabelecimentos militares”⁴⁰.

A Instrução compreendeu três títulos e um anexo:

Título I – Regras Gerais e divisões da Instrução.

Título II – Exercícios elementares.

Título III – Exercícios de aplicação.

Anexo – Descrição dos aparelhos e instrumentos de ginástica⁴¹

O Título I apresentava uma instrução de ordem psicológica, como se pode observar no esclarecimento de Amoros nessa sessão:

É necessário não exigir deles (os soldados) uma atitude estritamente militar que os fatiga inutilmente para o objetivo que se tem em vista, nem reprimir com severidade demasiada as explosões de riso, entusiasmo e a alegria aos quais eles são levados naturalmente pelo exercício, quando este é bem dirigido⁴².

O Título II – exercícios elementares – abordava flexionamentos, equilíbrios, exercícios de desenvolvimento muscular e cantos. Para Amoros o conjunto derivava dos exercícios analíticos, por ele chamados de exercícios “elementares”.

⁴⁰ Idem, ibdem

⁴¹ BONORINO; MOLINA; MEDEIROS, 1931, p.187.

⁴² apud BONORINO; MOLINA; MEDEIROS, 1931, p.187.

O Título III – exercícios de aplicação – continha os exercícios de corrida, salto, trepar, lançar, transportar, defesa e de natação; desenvolvidos em barras paralelas, no trapézio e no cavalo⁴³.

Pela necessidade que se fazia de instrutores para o ensino de ginástica, salientada pela comissão de 1845, o ministro da Guerra da França decidiu criar a “Escola Normal de Fontainebleau”, entretanto, o projeto não ganhou forças e não foi executado.

Somente em 1852 é que o projeto foi concretizado, com a criação da Escola Militar de Joinville-le-Pont, fundada perto de Paris a 15 de Junho do mesmo ano. A fundação da escola contou com a colaboração de dois discípulos de Amoros, o comandante D’argy e Napoleão Laisné, que adotaram o regulamento intitulado “Instrução para o ensino da ginástica nos corpos de tropa e nos estabelecimentos militares”, como regulamento oficial de Joinville-le-Pont. As adaptações necessárias feitas na escola pelos discípulos de Amoros permitiu que no mesmo ano se desse o início das atividades com a primeira turma, composta por 120 alunos⁴⁴.

O ensino em Joinville-le-Pont pode ser considerado, sobretudo, pedagógico e prático, permeado pelos referenciais científicos da época.

O primeiro comandante da Escola Militar foi o comandante d’Argy. No ano de 1855 publicou um manual com o título “Instrução para o ensino da ginástica”, com o objetivo de facilitar a aplicação das instruções contidas no regulamento de 1846. De acordo com os 1^{os} Tenentes do Exército⁴⁵, esta instrução foi importante sob outro ponto de vista: pela primeira vez foram classificados os exercícios sob forma de lição completa, o que representou um notável progresso pedagógico. Nesse momento, começou a ser desenhar o que após veio se chamar de “educação physica”. O manual do comandante d’Argy foi republicado na Escola em 1865 e 1872, mesmo após sua saída em 1856.

A partir de 1890 as pesquisas em Joinville-le-Pont se orientam por outro caminho. Destacam-se as pesquisas de Marey, médico fisiologista francês, que generaliza o emprego de aparelhos que servem para o registro gráfico e fenômenos

⁴³ Idem, ibdem

⁴⁴ Idem

⁴⁵ BONORINO; MOLINA; MEDEIROS, 1931.

fisiológicos⁴⁶, e as pesquisas de Lagrange, também médico e fisiologista, sobre a fisiologia dos exercícios do corpo. Eles forneceram, aos instrutores da Escola, elementos necessários para corrigir exercícios práticos, por meio de estudos empíricos.

As novas discussões em pauta na Escola Militar, sob influência dos estudos de Marey, Lagrange e Demeny, e ainda sob a influência das investigações feitas na Suécia, em 1890, por Tissié e Hugues Lecraux, culminaram na publicação de um novo regulamento de ginástica, em 1893, para melhorar o ensino desse método no Exército. Esse regulamento possuía uma tendência esportiva, tendência esta, influenciada da Escola Inglesa⁴⁷, sobretudo.

No ano de 1900, reuniu-se em Paris o Congresso Internacional de Educação Física, organizado por Georges Demeny⁴⁸. O Congresso foi o ponto de partida das reformas para a preparação física do Exército, e também gerou outra conotação à Escola de Joinville-le-Pont.

A partir dos relatórios elaborados nesse evento, foi produzindo um novo regulamento de educação física, o qual foi apresentado ao então ministro da Guerra em 1902. Nesse mesmo ano, a notícia mais inovadora foi a criação do cargo de professor de Fisiologia Aplicada, confiado a Demeny, que conseguiu montar um laboratório com vários equipamentos para desenvolver pesquisas avançadas de fisiologia na Escola Militar. Além disso, o fisiologista tinha contribuído na elaboração do novo regulamento.

Os discursos na escola de Joinville-le-Pont estavam tomados por um paradigma científico. Os experimentos feitos por Demeny foram inovadores por possuírem uma argumentação empírica mais concreta do que os apresentados por Amoros. As novas formas de exercício físico, de educação física, ganharam lugar na escola por apresentarem resultados melhores que as formas anteriores.

⁴⁶ SOARES, 2006.

⁴⁷ A influência inglesa trouxe para a França a prática de jogos de bola tais como o rugby. Para saber mais, consultar Goellner (1992) e Linhaes (2006).

⁴⁸ Georges Demeny nasceu em Dowai, França, em 12 de Junho de 1850. Desde a infância revelou uma grande inteligência. Estudou em Paris, na Sorbonne, matemática e fisiologia. Demeny foi biólogo, fisiologista e pedagogo. Morreu em Paris em 26 de Dezembro de 1917 (SOARES, 2006, p.22).

1.1.3 Georges Demeny: a nova voz sobre a Educação Física na França

A história de Georges Demeny, assim como a de Amoros, está ligada diretamente ao desenvolvimento do Método Francês e da Escola de Joinville-le-Pont.

Conforme destaca Soares (2006), as pesquisas de Demeny oportunizaram um novo olhar sobre as questões da educação física na época. O corpo humano, por ele era entendido como um conjunto mecânico. O fisiologista viu na ginástica uma possibilidade de se educar o corpo, de se educar o movimento. E, segundo ele, o profissional que seria capaz de realizar este trabalho era o “engenheiro biologista”⁴⁹, como denominou.

O termo criado por Demeny reforça a aproximação da Educação Física com um conhecimento justificado por um discurso científico⁵⁰. Acreditava que “a Educação Física deveria abandonar procedimentos empíricos e inspirar-se em leis físicas e biológicas para construir uma doutrina a partir de resultados de experiências feitas com o auxílio do ‘método científico’”⁵¹.

A educação física era definida pelo fisiologista como “*l'ensemble des moyens destinée a apprendre a l'homme a exécuter un travail mécanique quelconque, avec la plus grande économie possible dans les dépenses de forces musculaires*”⁵². E o seu método com o fim de “*classer et simplifier les moyens de perfectionnement en faisant une sélection judicieuse et en basant cette sélection sur la connaissance des effets de l'exercices*”⁵³.

O método de Demeny, consequência também da crítica que fez ao método sueco⁵⁴ e resultado de exaustivos estudos de fisiologia, agrupava alguns princípios gerais da educação física que poderiam ser aplicados a qualquer trabalho ginástico:

⁴⁹ 2006, p. 88.

⁵⁰ De acordo com Taborda de Oliveira (2003, p.105) a Educação Física, assim como outras áreas de conhecimento, se apropriou de um discurso científico para legitimar-se enquanto área, ainda que a ciência por ela defendida tivesse características de uma doutrina. Demeny já demonstrava essa ideologia por meio dos seus discursos no começo do século XX.

⁵¹ SOARES, 2007, p. 65.

⁵² O conjunto dos meios destinados a ensinar o homem a executar um trabalho mecânico qualquer, com maior economia possível no gasto de forças musculares (DEMENY, apud ACCIOLY; MARINHO, 1956, p. 105, tradução minha).

⁵³ Classificar e simplificar os meios de aperfeiçoamento, fazendo uma seleção judiciosa, e baseando esta seleção no conhecimento dos efeitos dos exercícios (idem, ibidem, tradução minha).

⁵⁴ Para saber mais consultar Soares (2006; 2007).

<ol style="list-style-type: none"> 1. Dar aos movimentos, desde o princípio, uma forma natural e uma direção útil, preparando metodicamente para um trabalho sem especialização nem automatismos, executando-os como se faz com as aplicações; 2. Adquirir simultaneamente a força e a flexibilidade, com a independência das contrações musculares, eliminando as inúteis e aprendendo a contrair e a relaxar oportunamente; 3. Buscar em todo trabalho a associação econômica das contrações musculares, que dizer, a participação dinâmica de todo o corpo, mesmo que em um movimento localizado, pois todo esforço é resultante de ações parciais bem definidas e bem precisadas; 4. Buscar um bom ritmo de trabalho que durante o período de repouso permita a completa recuperação das forças; 	<ol style="list-style-type: none"> 5. Realizar durante o trabalho uma respiração bem ritmada sem paradas na inspiração ou na expiração, onde os movimentos das costelas e do diafragma estejam em sintonia; 6. Evitar esforços estáticos e paradas bruscas. Ao contrário, executar os movimentos em toda sua possível amplitude, em todas as direções e seguindo trajetórias contínuas e bem diversificadas; 7. Não deixar nada ao acaso; despertar sempre a atenção para formas variadas do movimento e por execução perfeita; 8. Desenvolver o sentido da orientação no espaço e o equilíbrio mediante exercícios cada vez mais complexos e difíceis. Porém, sempre associados a energia, flexibilidade graça, facilidade, beleza e à utilidade dos movimentos.⁵⁵
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

QUADRO 2 - Princípios Gerais do Método de Demeny

Demeny também afirmava que a educação física deveria satisfazer a três condições:

- a) - Ser completa e útil: para ser completa deverá abranger todas as espécies de movimentos preconizados pelo método;
- b) - Ser graduada em intensidade e dificuldade: a graduação em intensidade será feita pela colocação dos exercícios de energia crescente até um máximo, de onde começarão a diminuir de intensidade até o fim; a graduação em dificuldade dependerá de um plano prévio de trabalho, onde as sessões incluirão exercícios cada vez mais complexos;
- c) - **Ser interessante e conduzida com ordem e energia.**⁵⁶

⁵⁵ DEMENY, apud GOELLNER, 1992, p. 60-62, grifos meu.

⁵⁶ ACCIOLY; MARINHO, 1956, p. 108, grifos meu.

É possível compreender que Demeny acreditava que a educação física, em uma concepção generalizada, era a educação de todas as funções da vida, que conduzia o homem ao aperfeiçoamento físico e moral⁵⁷, e não apenas do movimento, ou seja, uma educação corpórea.

A historiografia da educação física brasileira estudada nesse trabalho é unânime em afirmar que o paradigma de ciência que orientou os trabalhos de Demeny era o “positivismo”, e que também orientou a construção do *Règlement Général d'Éducation Physique, Méthode Française*. Entretanto, acredito que essa classificação foi feita a partir de um olhar contemporâneo sobre o contexto, e, acima de tudo, feita a partir de uma compreensão contemporânea do positivismo.

Uma questão importante no desenvolvimento do positivismo era a separação entre pesquisador e objeto; a defesa da neutralidade; um relato neutro da realidade⁵⁸. Pode-se observar no desenvolvimento do método francês por Demeny, que o objeto contemplou os ideais do seu criador, sobretudo, a cerca da sua concepção de sociedade francesa, para a qual o método foi desenvolvido. Nas obras de Demeny não há uma declaração ao positivismo, ou ainda, uma influência clara das obras de Comte⁵⁹.

Antes de afirmar a influência do positivismo - modelo de ciência predominante da época - sobre a elaboração do Método Francês, vejo que é necessário uma minuciosa comparação das prescrições do Método com as orientações positivistas, e m estudo voltado às obras de Comte, pois o positivismo foi um movimento muito complexo para ser simplesmente afirmado como o modelo de ciência adotado por Demeny.

1.1.4 Os novos regulamentos de Educação Física no início do século XX

A elaboração do regulamento do ano 1902, consequência dos debates do Congresso Internacional de Educação Física de Paris e com co-autoria de Demeny, trouxe uma conotação científica comprovada empiricamente para o método empregado. Esse regulamento foi dividido em duas grandes partes.

⁵⁷ DEMENY, 1911.

⁵⁸ BIRARDI; CASTELANI; BELATTO, 2001.

⁵⁹ Augusto Comte nasceu em Paris em 1857, foi filósofo e é considera o “pai” do positivismo e da sociologia.

De 1902 a 1907, Demeny continuou no laboratório da Escola Militar, insistindo em uma série de estudos sobre a fisiologia e mecanismos de movimento. Chegou à conclusão de que o regulamento vigente apresentava equívocos. Segundo ele, os princípios estavam mal definidos e os exercícios mal classificados. A primeira parte que apresentava a ginástica de desenvolvimento e flexionamento, baseada no método sueco, foi considerada com graves erros mecânicos, como se observa em seu comentário: “O método sueco exige, por exemplo, a elevação da vertical sem nada mudar em relação aos ossos”⁶⁰. Afirmou ainda, que a segunda parte, ginástica de aplicação, não destacava a instrução de conjunto a grupos homogêneos. Demeny ressaltava que a monotonia da influência do método sueco “feria a psicologia e o temperamento da **raça francesa**”⁶¹. As afirmações de Demeny podem ser relacionadas a um discurso de cientificismo, pois considerava o conhecimento das experimentações em seu laboratório de fisiologia como definitivo e superior ao conhecimento do método sueco.

Então, em 1910 o ministério da Guerra francês aprovou um novo regulamento, que representava um grande progresso em relação ao anterior. Goellner destaca que o regulamento de 1910 “remeteu o Método Sueco, ainda com prestígio na França, a um plano secundário, promovendo as idéias de Pestalozzi, Amoros e do movimento esportivo inglês”⁶². Outra grande mudança foi a substituição do termo “ginástica”, até então presente nos outros regulamentos, pelo termo “Educação Física”⁶³. Resumidamente, o regulamento de Educação Física compreendeu 3 partes.

Regulamento de 1902	Regulamento de 1910
1º - A ginástica de desenvolvimento e de flexionamento – compreendia todos os exercícios que tinham por fim principal o desenvolvimento metódico das diferentes partes do corpo, tendo em vista aumentar a força e resistência do homem e flexioná-lo. (Esses	1ª – A ginástica educativa: é ainda a mesma de 1902, de origem sueca, mas modificada, reduzida e adaptada por Demeny; ela procura maior soma de trabalho em gestos não forçados, flexiona, desenvolve, sustenta, fortifica e prepara para a ginástica de aplicação.

⁶⁰ BONORINO; MOLINA; MEDEIROS, 1931, p. 131.

⁶¹ Idem, p.196, grifos meu.

⁶² GOELLNER, 1922, p. 64.

⁶³ BONORINO; MOLINA; MEDEIROS, 1931, p.198.

<p>exercícios foram fortemente inspirados no sistema sueco, ao qual Demeny submetia suas pesquisas).</p> <p>2º - A ginástica de aplicação – compreendendo todos os exercícios próprios para desenvolver o valor do soldado, inspirar-lhe confiança em sua força. Esta segunda parte representava tudo o que se tinha considerado com o método de Amoros.</p>	<p>2ª – A ginástica de aplicação, é a continuação da precedente, mas sob o regime da economia das forças e de exercícios de utilidade comum.</p> <p>3ª – A ginástica de seleção que compreendia exercícios analíticos em aparelhos os mais diversos e alguns esportes (rubgy, foot-ball, hockey, etc.)⁶⁴.</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

QUADRO 3 – Comparação entre o Regulamento de 1902 e o Regulamento de 1910

Este regulamento associou três fragmentos de sistemas que apesar de não serem totalmente diferentes, assim pareciam, naquela época, pois realizou uma síntese sem indicar claramente a quem se referia cada uma das ginásticas contempladas.

A Escola de Joinville-le-Pont teve modificado sua organização e seus objetivos por uma instrução de Setembro de 1912. Essa modificação teve conseqüências no desenvolvimento do método da Escola, alterando também as posteriores versões do regulamento de Educação Física.

Com o envolvimento da França na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Escola Militar fechou suas portas por um ano, para o “cumprimento de um dever maior”. Ao final da Guerra, chegou-se a conclusão que a Escola precisava formar jovens incorporados a uma educação física capaz de desenvolvê-los com rapidez, porém com precaução. Assim, um novo regulamento deveria ser construído com uma preparação direcionada aos objetivos das guerras.

Em 1916, conforme conta Goellner,

[...] apareceu um guia que fixou nova orientação para a Escola, firmado nos princípios de formar combatentes treinando-os para o uso da baioneta, o lançamento de granadas e a luta corpo a corpo; princípios estes que foram adaptados para o preparo físico de jovens e adolescentes. Razão pela qual, retornou com bastante força o espírito nacionalista, que acabou consolidando-se como a base do próximo Regulamento de Educação Física que absorveu toda a apologia da guerra⁶⁵.

⁶⁴ BONORINO; MOLINA; MEDEIROS, 1931, p. 198.

⁶⁵ 1992, p. 65.

Esse regulamento que cita a autora foi elaborado entre 1919 e 1922, e foi repercussão de uma série de discussões e pesquisas desenvolvidas pela Escola alguns anos antes, sobretudo, de uma educação física Feminina e Infantil. Ele abrangia um projeto maior para além da ginástica e da educação física estritamente para os corpos de tropa.

Somente em 1923, por meio de uma comissão formada por representantes do Ministério da Guerra, da Marinha e da Instrução Pública, em visita a Escola de Joinville-le-Pont, foi revisado o projeto do Regulamento Geral de Educação Física. Em 27 de Dezembro do mesmo ano, essa comissão aprovou, então, definitivamente o *Règlement General d'Éducation physique, Méthode Française* – Regulamento Geral de Educação Física, Método Francês⁶⁶.

Goellner (1992) afirma ainda que o Ministério da Instrução Pública da França aprovou a parte do Regulamento relativa à educação física Infantil. E, dessa forma, o Método Francês se tornou obrigatório a todo sistema de ensino na França.

Os componentes, os conceitos, as classificações dos exercícios, bem como as bases sobre as quais foi elaborada a versão definitiva do *Règlement General d'Éducation physique*, que por sua vez foi traduzido para o português com o título Regulamento n.7 de Educação Física, receberão maior destaque e aprofundamento no segundo capítulo deste trabalho.

Procurei nesta primeira parte, desenvolver alguns apontamentos sobre a constituição do objeto aqui analisado, dialogando com autores estudiosos da temática e com as principais fontes relacionadas ao Regulamento n.7 e ao Método Francês. Dialoguei principalmente com as autoras Carmen Soares (2006) e Silvana Guellner da Educação Física. Contudo, é necessário apontar também os limites dos estudos dessas autoras, pois a fonte privilegiada na construção de seus trabalhos foi a obra “História e Organização da Educação Física”, de Innezil Penna Marinho, a qual pude constatar ser totalmente influenciada pela obra “Histórico da Educação Física” dos 1^{os} Tentes do Exército. A obra de Inezil não se constitui como a fonte primária, e ao compará-la com o livro dos Tentes do Exército, chega-se a conclusão de que é praticamente uma cópia deste livro em determinados pontos. Linhales

⁶⁶ BERNARD, 1944.

(2006), valendo-se das proposições de Le Goff, já destacou a importância de um aprofundamento aos estudos de Innezil, de uma “desmontagem” de suas obras:

As coleções de documentos estabelecidas por Innezil Penna Marinho são um grande legado histórico para a Educação Física brasileira. Um “monumento”, que carrega as marcas e os sentidos de quem o fabricou como história serial. Nestes termos, convidando permanentemente a uma crítica interna, onde a relação falso-verdadeiro, própria aos “documentos”, possibilite conhecer as suas condições de produção. [...] A “desmontagem” da história da Educação Física brasileira construída por Marinho tem sido um desafio a ser enfrentado. Uma pista talvez seja re-visitando os inúmeros arquivos que ele visitou. Tarefa árdua, trabalhosa. Todavia, menos cômoda do que aceitar silenciosamente a montagem que o Professor Innezil, à sua época, com os seus interesses, edificou com rigor de detalhes⁶⁷.

Também observo que é fundamental para a historiografia da Educação Física brasileira lançar um novo olhar sobre os feitos de Amoros e Demeny. Os autores que narraram a vida e a obra desses dois personagens da França de séculos XIX e XX, o fizeram como heróis, enaltecendo suas contribuições ao desenvolvimento do método francês. Não quero dizer que não se devem destacar os feitos desses dois grandes estudiosos, contudo não se deve ocultar o fato, por exemplo, de Amoros apoiar a invasão napoleônica à Espanha, sobretudo em defesa de seus interesses, e que após a queda do rei José I, irmão de Bonaparte, não teve escolhas a não ser continuar seus trabalhos na França. E ainda, questionar se Demeny conseguiria realizar seus estudos de fisiologia, aos quais tanto se dedicou, senão fosse no avançado laboratório de fisiologia de Joiville-le-Pont e apoiado pelo Ministério da Guerra Francês. Ou seja, o lugar político de Demeny foi fundamental para o lugar científico e pedagógico.

Amoros e Demeny foram decisivos para o desenvolvimento do método francês, contudo a historiografia da Educação Física brasileira precisa investigar os interesses sobre os quais se fundamentaram a obra desses dois personagens, e não apenas constituir a imagem dos heróis da ginástica francesa.

⁶⁷ LINHALES, 2006, p. 168.

1.2 Eis o Brasil! A adoção de um novo modelo de um velho continente

Adotando o método preconizado pela E.S.E.F. de Joinville-le-Pont e praticando-o a vários anos procura a Escola de Educação Física do Exército fazer a sua adaptação ao elemento nacional, **por isso que esse é o método, que em suas características científicas, apresenta as maiores probabilidades de perfeita adaptação ao nosso caso particular**⁶⁸.

A justificativa apresentada no preâmbulo da 1ª parte do Regulamento N.º 7 para adoção do método, traz uma afirmação que merece atenção: a perfeita adaptação do Método Francês às características brasileiras. O Regulamento Geral de Educação Física francês foi construído sobre um forte discurso nacionalista, e aprimorado após a 1ª Guerra; buscou contemplar as características da nação francesa para o desenvolvimento dela, fato que já foi abordado na primeira parte deste capítulo. Nesse sentido, questiono quais foram os interesses pela publicação do Regulamento N.º 7 de Educação Física no Brasil? Por que o Método Francês apresentava as maiores probabilidades de “perfeita adaptação” ao Brasil? Quais eram os elementos que permitiam fazer tal correspondência?

Nas primeiras décadas do século XX, houve no Brasil um grande incentivo ao setor industrial, e o crescimento desse setor fomentou a legitimação da burguesia e também despontou o operariado. Nelson Sodre relata que: “[...] em 1907 havia no país 3.258 indústrias e 150.000 operários; em 1920 o número de estabelecimentos industriais passou para 13.336 e o de operários para 276.000”⁶⁹.

Ainda nas primeiras décadas desse século ecoava um discurso para tornar o Brasil civilizado, segundo modelos europeus. De acordo com Marques e Hershmann⁷⁰, existia, entretanto, no Brasil, uma grande massa de negros, o que segundo preceitos eugenistas da época, complicava a civilização do Brasil nos moldes do velho continente.

Os elementos desse contexto nos permitem fazer algumas inferências e traçar algumas hipóteses sobre a perfeita adaptação do Método Francês ao caso brasileiro, promovida pela adoção do Regulamento N.º 7. No entanto, antes de interpretar tal proposição, traçarei, primeiramente, os elementos que antecederam a

⁶⁸ BRASIL. Ministério da Guerra, 1937, p.5, grifo meu.

⁶⁹ SODRE apud GOELLNER, 1992, p. 128.

⁷⁰ HERSHMANN; MARQUES, 1994.

adoção oficial do Regulamento Geral e que culminaram no Decreto publicado em 1932, deixando para percorrer sobre esse fato nas considerações finais desta pesquisa.

1.2.1 A influência militar francesa no Brasil

Segundo alguns autores da historiografia da Educação Física brasileira⁷¹, a ginástica francesa chegou ao Brasil em 1907, através da primeira Missão Militar Francesa. A Missão tinha por objetivo ministrar instrução militar à Força Pública do Estado de São Paulo, onde estabeleceu uma Sala de Armas, a qual anos mais tarde originou a Escola de Educação Física de São Paulo⁷². Nesse período, os métodos ginásticos alemão e sueco eram os que recebiam destaque. A influência dos métodos ginásticos dos países europeus sobre o Brasil, no fim do regime imperial e no desenvolvimento da Primeira República, deu-se na medida de sintonização do Brasil com a Europa, na tentativa de dar ao país uma imagem diferente do período colonial, uma imagem civilizada.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Exército brasileiro buscava uma modernização de seus métodos, e sob o comando do Ministro da Guerra, General Alberto Cardoso de Aguiar, resolveu-se contratar uma nova Missão Militar Francesa.

O Exército francês fora vitorioso na Guerra e apresentava as mais avançadas técnicas para o desenvolvimento do *physico* de seus soldados, além disso, o Brasil tinha ficado do lado Francês, durante o conflito. Com esses argumentos, os franceses foram escolhidos para representar a nova Missão Militar. A Missão tinha por objetivo modernizar e aperfeiçoar o exército brasileiro, e ainda, afastar os militares da política, como destacou Horta⁷³.

Quando chegou ao Brasil em 1919, a Missão era chefiada pelo General Maurice Gamelin, e integrada por mais 20 oficiais. Ela permaneceu no país até

⁷¹ GOELLNER, 1992; MARINHO, 1957; SOARES, 2006, entre outros.

⁷² Ao tratar deste fato, quero esclarecer ao leitor como despertou a influência do Método Francês no Brasil. Para maior compreensão do episódio, consultar a historiografia da Educação Física citada.

⁷³ Segundo o autor, o Governo brasileiro também atribuiu à Missão Militar Francesa a função política de afastar os jovens oficiais das disputas partidárias. A formação do Exército brasileiro deveria ser apolítica, e ninguém melhor que os franceses para discipliná-lo e fazê-lo um instrumento nas mãos dos governantes. (HORTA, 1994)

1937, e transformou profundamente a evolução do Exército brasileiro nas décadas de 20 e 30.

Durante a permanência da Missão Francesa no Brasil, o Exército enviou oficiais que se destacavam nos cursos de formação, para aperfeiçoamento na França, caso do Major Raul Vasconcelos, que foi o primeiro oficial brasileiro com curso da Escola de Joinville-le-Pont⁷⁴.

Entretanto, os primeiros anos da Missão não foram de sucesso. O General francês reclamava freqüentemente do Ministro da Guerra “que não tem nenhum valor militar, desinteressa-se cada vez mais daquelas que deveriam ser as suas verdadeiras ocupações, deixando-se levar por objetivos políticos”⁷⁵. Os atritos entre os franceses e os chefes militares foram causados, na verdade, por questões políticas, pois era esperado que a Missão afastasse os jovens oficiais da política, e não os ausentassem dela.

Mesmo com os resultados abaixo do esperado nos primeiros anos da Missão no Brasil, ela implantou até o final da sua permanência, um novo método de raciocínio para a solução de questões táticas e para o estudo de problemas militares. E, foi a Missão Francesa a responsável pelo principal acontecimento para a pesquisa aqui desenvolvida, ela trouxe ao Brasil a 1ª parte do *Règlement Général d'Éducation Physique*, e alguns anos mais tarde a 3ª parte.

Em carta ao chefe da Missão Militar Francesa no Brasil, o Comandante Dumay, do Exército francês, elucidou o fato da apresentação da 1ª parte do Regulamento ao Ministério da Guerra brasileiro em 1922, e o silêncio do Ministério sobre a questão até o momento da escrita da carta em 1925:

*A cette date [Junho de 1922] la 1^o partie du Règlement Général d'Éducation physique a été envoyée au Cabinet du Ministre de la Guerre, aucune réponse n'est encore parvenue à la Mission Militaire Française le 2 avril 1925*⁷⁶.

Embora, o Ministério da Guerra não se pronunciasse em relação à 1ª parte do Regulamento Geral, a instrução física para corpos de tropa, baseada no modelo

⁷⁴ Revista de Educação Física, 1933, [sem paginação].

⁷⁵ GAMELIN apud HORTA, 1994, p. 16.

⁷⁶ Nesta data [Junho de 1922] a 1ª parte do Regulamento Geral de Educação física foi enviada ao Gabinete do Ministro da Guerra, e ainda nenhuma resposta chegou a Missão Militar Francesa em 2 de abril de 1925. (LEITE; RIBEIRO, 1926, p. IV, tradução minha).

francês, que já vinha sendo praticada pelos militares, foi oficialmente adotada pelo Decreto n. 14.784, de 27 de abril de 1921, o “Regulamento de Instrução Física Militar destinado a tôdas as armas, e calcado no método de Hébert, adaptadas as teorias de Joinville”⁷⁷. É interessante notar que o Decreto não oficializou a ginástica francesa, ou o Método Francês no Brasil, e sim o “Regulamento de Instrução Física Militar” adaptado das teorias desenvolvidas em Joinville-le-Pont. A historiografia da Educação Física brasileira afirma que este evento marcou a oficialização do Método Francês no Brasil, contudo ele aprovou, na verdade, uma instrução física militar que se baseava nos moldes desenvolvidos em Paris. Nesse período, a Missão Militar Francesa no Brasil ainda encontrava dificuldades, como já salientado, e a 1ª parte do Regulamento Geral não tinha sido traduzida, e muito menos adotada.

Consultando a Coleção Leis do Brasil do ano de 1921, observamos que o regulamento que se refere ao Decreto n. 14.784 afirma claramente que ele foi baseado nos métodos preconizados na França para preparação física dos soldados, e não oficializava a adoção do Método Francês: “O presente regulamento baseia-se nas leis physiologicas que regulam o crescimento e o desenvolvimento do homem e nos methods preconizados em França para a preparação physica dos soldados”⁷⁸.

O regulamento do Decreto também apresentou na integra todos os fundamentos da Instrução Física Militar, argumentando que todos eles eram simples e acessíveis:

O presente regulamento tem por fim indicar um methodo geral, simples e acessível a todos, cujos processos assás variados e flexíveis são adaptados a todas as constituições.

Compreende duas partes:

- a) Primeira parte: Instrucção physica e militar.
- b) Segunda parte: Adaptação às especialidades⁷⁹.

Outro fator importante para compreender a não oficialização do Método Francês pelo Decreto de 1921, foi a criação, um ano depois, do Centro Militar de Educação Física no Rio de Janeiro, onde a Missão Militar Francesa passou a

⁷⁷ BRASIL. Ministério da Educação e Saúde, 1944, p. 7.

⁷⁸ BRASIL. Congresso. Senado, 1921, p. 667.

⁷⁹ Idem, p. 669.

exercer maior influência sobre o exército brasileiro, tendo, entretanto, acesso ao Centro somente em 1924.

O Centro Militar de Educação Física – C.M.E.F. – foi criado em 10 de janeiro de 1922 por uma portaria baixada pelo Ministério da Guerra que tinha no comando o Ministro Pandiá Calógeras. A portaria estabelecia:

1.º - O Centro Militar de Educação Física destina-se a dirigir, coordenar e difundir o novo método de educação física militar e suas aplicações desportivas.

2.º - A instrução no C.M.E.F. compreende três cursos:

a) curso de educação física para oficiais (1.ºs e 2.ºs tenentes);

b) curso de educação física para sargentos (1.ºs, 2.ºs e 3.ºs sargentos dos corpos de tropa);

c) curso de demonstração para oficiais (capitães, majores e tenentes-coronéis).

O curso de instrutores e monitores será dirigido por um oficial da Missão Militar Francesa, auxiliado por dois oficiais brasileiros conhecedores do novo método de educação física indicados pelo Estado Maior do Exército⁸⁰.

Porém, o C.M.E.F. não entrou imediatamente em funcionamento, o que veio ocorrer apenas alguns meses mais tarde, conforme afirmam Accioly e Marinho:

As circunstâncias, entretanto, não permitiram, apesar da máxima boa vontade de todos, inclusive do Ministro Pandiá Calógeras, que o centro se instalasse, o que só veio ser feito mais tarde, quando entrou em funcionamento o Curso Provisório de Educação Física⁸¹.

Segundo Ferreira Neto, o C.M.E.F. apresentou no currículo de 1924 um grupo de disciplinas de caráter teórico combinado com estudos práticos, o que representava a presença da Missão Militar Francesa⁸². A justificativa para o afastamento da Missão até o ano de 1924 foi atribuída a presença e ação dos “jovens turcos”⁸³ no Centro Militar.

⁸⁰ BRASIL. Ministério da Educação e Saúde, 1944, p. 7-8.

⁸¹ ACCIOLY; MARINHO, 1956, p.171.

⁸² 1999, p. 29.

⁸³ Os “jovens turcos” foi um grupo de oficiais brasileiros que estagiaram no exército alemão, e que ao voltarem ao Brasil ficaram conhecidos por essa denominação. Eles eram defensores da profissionalização do Exército, e de um Exército moderno e equiparado, o único responsável pela garantia da ordem e da segurança do país. Exerceu influência sobre o Centro Militar de Educação Física ao mesmo tempo em que a Missão Militar Francesa, dando lugar a esta somente em 1924. (HORTA, 1994).

Estranhamente, nos primeiros anos (os franceses) não atuaram na Escola Militar. [...] Não será temeridade afirmar que as reformas de 1918 e 1919 foram elaboradas sob a influência dos oficiais que haviam estagiado no Exército alemão. É bem deles a ultravalorização dos assuntos militares, de caráter prático, as normas para as matrículas, a instituição da Missão Indígena. E, possivelmente, a eles se deve, também, a colocação da Escola Militar fora da alçada dos franceses. Havia, na época, quem os chamasse de “germanófilos”. Não seria um germanismo político e sim técnico, que os levava a subestimar ou desmerecer no campo das coisas militares, tudo que não trouxesse a marca alemã⁸⁴.

Nesse período, pode-se notar que a influência da Missão Militar Francesa sobre o Exército e sobre a Educação Física brasileira não era absoluta, e estava apenas começando.

O Regulamento Geral de Educação Física francês não recebeu atenção do Ministério da Guerra até então, e no ano de 1926 o Ministério publicou o “Manual de Instrução Physica” de autoria do Capitão João Barbosa Leite e do Tenente Jair Dantas Ribeiro, os quais eram instrutores de educação física na Escola de Sargentos de Infantaria⁸⁵.

O manual publicado, todavia, era uma tentativa de preencher as lacunas da Instrução Física Militar aprovada pelo Decreto 14.784 de 1921, e como os próprios autores salientaram, o livro não era, senão, uma adaptação do “*Projet de Règlement Général d’Éducation Physique*”:

Com a publicação deste trabalho, que nenhuma originalidade possui, pretendemos facilitar apenas a difícil tarefa dos camaradas que, forçados a ministrar instrução physica militar, muitas vezes se encontram deante de embaraços que se lhes afiguram insuperáveis, não sómente por falta de perfeito conhecimento desse assumpto cujo interesse sómente agora vae sendo despertado entre nós, mas ainda, porque, quasi sempre, a única fonte de ensinamentos que encontram, ao alcance, é o nosso regulamento. [...]

E, com a preocupação constante de não desvirtuar o methodo, procuramos completar o nosso R. I. Ph. M.⁸⁶, na parte da instrução physica propriamente dita, inspirados no regulamento francez, do qual traduzimos tudo o que julgamos adaptável; no “Methodo Francez de Educação Physica”, excellente trabalho de Bellefon e Marul; no “Manual Scientifico de Educação Physica”, do Dr. Boigey; em conferencia do capitão Dr. Prado Jacques, sobre “fadigas muscular e nervosa”; em algumas publicações do curso da Escola de Joinville e manuaes de atletismo e jogos desportivos publicados no Rio e em S. Paulo⁸⁷.

⁸⁴ MOTTA apud HORTA, 1994, p. 17-18.

⁸⁵ ACCIOLY; MARINHO, 1956, p. 171.

⁸⁶ Regulamento de Instrução Physica Militar.

⁸⁷ LEITE; RIBEIRO, 1926, p. 5-6.

O livro mostrou a tendência que o Centro Militar de Educação Física começava a seguir, e também a abertura do Exército brasileiro para a construção do Regulamento N.º7.

1.2.2 A aprovação do Regulamento N.º 7 no Governo Getulista

Um importante episódio da história do Brasil que marcou o desenvolvimento das doutrinas do Exército brasileiro, e também o desenvolvimento da Educação Física, foi a Revolução de 1930. Ela pôs fim a Primeira República (1889-1930) e também acabou com a hegemonia da burguesia do café, pois após o fim do Império, o controle político e econômico do país estava nas mãos dos fazendeiros, mesmo as atividades urbanas sendo o setor mais dinâmico da sociedade.

O lucro das atividades agrícolas não foi mantido com a crise mundial do capitalismo em 1929. O Presidente do Brasil Washington Luís tentou conter a crise, mas não obteve sucesso.

O partido Republicano do Presidente tinha como maior oposição a Aliança Liberal, liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Dorneles Vargas. A aliança foi muito influenciada pelo tenentismo, movimento de jovens militares que defendiam reformas na estrutura do país. Em 1930, a Aliança Liberal perdeu as eleições, vencendo o candidato do governo Júlio Prestes, tendo como principais motivos, ou pretextos: o descontentamento popular, devido à crise econômica de 1929, o assassinato de João Pessoa e o rompimento da política café com leite. Logo, foi criado um clima favorável para um golpe, que culminou no golpe organizado por Getúlio Vargas e seus partidários em outubro de 1930. Washington Luís foi deposto do poder, antes de Júlio Prestes assumir a presidência, e Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório em novembro de 1930, episódio que marcou o fim da República Velha⁸⁸.

No governo de Vargas, a educação vai receber lugar de destaque e também uma nova concepção. Segundo Horta, a educação nesse período passa de “problema nacional” para “problema de segurança nacional”, e com isso cresce o

⁸⁸ FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1972.

interesse dos setores militares pelo sistema educativo⁸⁹. Durante o seu Governo, Getúlio criou o Ministério da Instrução e Saúde Pública, cujo objetivo seria o saneamento moral e físico. Com o acontecimento, Horta salienta que

A ligação entre educação e saúde traduzir-se-á por uma ênfase cada vez maior na educação física, inicialmente voltada para o desenvolvimento físico e individual e logo relacionada com o fortalecimento da raça⁹⁰.

A partir da Revolução de 1930 é destacada a ideologia de um projeto político-militar para a sociedade civil. O general do Exército Góes Monteiro afirmava que “não pode existir Exército disciplinado dentro de uma nação indisciplinada”⁹¹.

De acordo com Goellner, o governo Getulista buscou a “unidade nacional”, o “estado nacional”, o desenvolvimento de um “homem brasileiro” e de uma “raça brasileira”⁹². Nesse contexto, a Missão Militar Francesa no Brasil ganhou força e a Educação Física um discurso progressista:

[...] Sejamos pela Educação Física. Nós, que formamos a nova geração da nossa Pátria, devemos hastear bem alto a bandeira da liga pró-Educação Física do Brasil, para honra do nosso povo, glória da nossa Pátria e benefício da Humanidade⁹³.

Antes da Revolução de 30, em 1928, o Major Pierre Segúr, da Missão Militar Francesa, assumiu a direção da educação física no Centro Militar de Educação Física – C.M.E.F. A direção do Major foi decisiva para a publicação do Regulamento N.º 7, e iniciou-se aí a execução da 1ª parte do Regulamento Geral de Educação Física Francês. A tradução do Regulamento ficou à responsabilidade do tenente Antonio de Mendonça Molina, professor de História da Educação Física no Centro Militar⁹⁴.

Em 1930, uma portaria baixada pelo Ministro de Estado dos Negócios da Guerra Nestor Sezefredo Passos, fixava que “O método de educação física a adotar

⁸⁹ HORTA, 1994, p. 2.

⁹⁰ Idem, ibdem.

⁹¹ GÓES MONTEIRO apud HORTA, 1994, p. 20.

⁹² 1992, p. 135.

⁹³ BRANCO, 1942, [sem paginação].

⁹⁴ FERREIRA NETO, 1999, p. 59.

no Centro Militar de Educação Física será aquele expresso no Regulamento Geral de Educação Física”⁹⁵.

Com a tradução do Regulamento Geral de Educação Física e a sua adoção oficial pelo Centro Militar, o chefe do Governo Provisório do Brasil, Getúlio Vargas, aprovou o Decreto n. 21.324, de 27 de Abril de 1932, que autorizava o Regulamento de Educação Física (1ª e 3ª partes):

O chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil resolve aprovar o Regulamento de Educação Física (1ª e 3ª partes), que com êste baixa, assinado pelo general de divisão José Fernandes Leite de Castro, ministro de Estado da Guerra.
Rio de Janeiro, 27 de Abril de 1932, 111º da Independência e 44º da República.
Getulio Vargas. José Fernandes Leite de Castro⁹⁶.

O decreto que oficializou a adoção do Regulamento N.º 7 de Educação Física, manual concretizado após a Primeira Guerra e para treinamento de corpos de tropa, ia ao encontro dos interesses do Governo Provisório, pois, como destaca Horta (1994), a política militar do período era uma política de preparação para a guerra. E essa preparação tinha que intervir em todos os setores da vida nacional, o que revela a adoção do Regulamento N.º 7 não apenas no âmbito militar, mas, sobretudo, em âmbito nacional.

A política do Exército é a preparação para a guerra, e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material – no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda a natureza – e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da Pátria, suprimindo, quando possível, o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo⁹⁷.

Amarílio Ferreira Neto ao abordar o texto do preâmbulo do Regulamento N.º 7 em sua pesquisa, afirmou que a proposta “foi pensada, traduzida e implementada na tropa, constantemente pesquisada em suas bases e efeitos, o que possibilitaria os devidos ajustes ou ‘adaptações ao elemento nacional’”⁹⁸. Contudo, o autor não reconheceu o fato de o Regulamento ter sido trazido pela Missão Militar Francesa no

⁹⁵ BRASIL. Ministério da Educação e Saúde, 1944, p. 9.

⁹⁶ BRASIL. Decreto n. 21.324, 1932.

⁹⁷ GÓES MONTEIRO apud HORTA, 1994, p.23.

⁹⁸ 1999, p. 59.

Brasil, e que até o ano de 1925 encontrava-se esquecido no gabinete do Ministério da Guerra, como salientou o Comandante Dumay. Apenas com o Major Pierre Sejúr, da Missão Francesa, no comando da C.M.E.F., é que o *Règlement Général d'Éducation Physique* foi traduzido e incorporado ao Exército. Outro fato importante é a afirmação, no preâmbulo do Regulamento N.º 7, de que possuía “adaptações ao elemento nacional”. Essa afirmação é profundamente contraditória, pois em nada a tradução do Regulamento, adotado no Brasil, difere-se do original em francês, quando comparadas as duas versões. A versão brasileira foi uma tradução literal do original francês. As diferenças, no caso brasileiro, foram o título e as partes publicadas. O título da obra em francês “*Règlement Général d'Éducation Physique*” não teve tradução literal na obra brasileira – Regulamento N.º 7 de Educação Física. E o Decreto n. 21.324 aprovou a 1ª e 3ª partes do Regulamento, apenas, deixando de fora a 2ª parte, fato que merecerá maior atenção no segundo capítulo desta pesquisa.

Ferreira Neto também argumenta que até ser definido qual o método a assumir no Brasil, muito foi debatido e estudado, sobretudo através das publicações da Revista de Educação Física do Exército⁹⁹. Entretanto, as matérias apontadas pelo autor são todas posteriores a data da adoção oficial do Regulamento N.º 7 e também posteriores a portaria de 1930, que oficializava a utilização do Regulamento Geral de Educação Física Francês no C.M.E.F. As matérias da Revista, apresentadas pelo autor, faziam uma discussão sobre um método de educação física nacional e sobre a adoção do Método Francês e do Regulamento N.º 7, todavia, elas não contribuíram para o que o culminou no Decreto 21.324 de 1932.

Outra questão importante a salientar, é um pequeno engano apresentado na historiografia da Educação Física brasileira. Goellner (1992) e o Ministério da Educação e Saúde (1944) afirmam que o Decreto 21.324, que aprovou o Regulamento de Educação Física, era do ano de 1931; Accioly e Marinho (1956) afirmaram que o mesmo Decreto era de 1932. Consultando o Diário Oficial da União, verifiquei que o Decreto é do ano de 1932. Esse cuidado com as fontes, e a busca por sua legibilidade é um cuidado necessário a todo historiador. Por isso, se faz

⁹⁹ FERREIRA NETO, 1999, p. 59.

necessário desconstruirmos essa “roupagem” que as fontes apresentam em um primeiro momento.

Em outubro de 1933, o Centro Militar de Educação Física – C.M.E.F. – foi transformado em Escola de Educação Física do Exército. O objetivo principal dessa mudança era ensinar o método de educação física que acabava de ser aprovado. A Escola de Educação Física do Exército deveria ainda preparar instrutores e monitores para os estabelecimentos militares e também formar instrutores e monitores recrutados no meio civil para fins não militares. O arti. 2º do Decreto prescrevia:

A Escola terá por objetivos:

- a) proporcionar o ensino do método de educação física regulamentar;
- b) orientar e difundir a aplicação do método¹⁰⁰. [Regulamento N.º 7 de Educação aprovado em 1932]

Com essa mudança, o Regulamento N.º 7 de Educação Física se firmou como a base para o treinamento e formação dos corpos de tropa no Brasil, e se caracterizou como um “elemento nacional”.

1.2.3 Entre críticas e defesas

Ainda que o Regulamento N.º 7 tenha sido aprovado e adotado oficialmente durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, e tenha ido ao encontro dos objetivos desse Governo, ele não obteve um reconhecimento unânime em território nacional, pelo contrário, críticas sobre o método adotado também surgiram.

Linhares ao abordar a crítica da seção de Educação Física da A.B.E. – Associação Brasileira de Educação – ao anteprojeto de Educação Física escrito pelo Ministério da Guerra em 1930 ao Congresso Nacional, afirma que ela apontava 4 falhas no anteprojeto do Ministério da Guerra, dentre elas, a proposição feita por “um organismo burocrático da União” de adotar um único método – Método Francês – em todo o país, com o objetivo de resolver um problema nacional da educação e da educação física¹⁰¹.

¹⁰⁰ BRASIL. Ministério da Educação e Saúde, 1944, p. 10.

¹⁰¹ LINHALES, 2006, p. 189.

Não obstante, a maior crítica ao método adotado por meio do Regulamento N.º 7 veio do intelectual Innezil Penna Marinho. Ele reconhecia a necessidade de um método nacional de educação física, porém o método defendido por ele não poderia ser rígido, inflexível, sem adaptações, como o método expresso no Regulamento N.º 7, mas sim, flexível, “moldável às particularidades de cada região ou grupo social”¹⁰². Para Innezil, o Brasil era um país onde as diferenças sociais e raciais eram marcantes, e um método de educação física tinha que ter plasticidade e se adaptar a essas diferenças:

O nosso método de educação física, para ser nacional, não apenas no título, mas no verdadeiro espírito da sua concepção, não poderá de forma alguma ser rígido e, para isso, encontramos a devida explicação nestas duas expressivas frases de Euclides da Cunha: “Não temos unidade de raça”. E “Não há um tipo antropológico brasileiro”¹⁰³.

Em meio ao forte sentimentalismo patriota, Innezil fez considerações também sobre como deveria ser desenvolvido um método nacional de educação física, o qual, de acordo com sua definição, deveria percorrer um caminho bem distinto do caminho da adoção do Regulamento N.º 7:

E o método nacional de educação física, que pretendemos, há de concorrer decisivamente para criar esse sentir comum, manifestado pela unidade de aspirações e sentimentos de milhões de brasileiros um único cidadão. Não poderá esse método sair dos gabinetes para ser aplicado nas instituições educacionais, mas nascerá das necessidades das instituições educacionais que os gabinetes sempre desconhecem, das exigências que a índole do nosso povo reclama, da conjugação dos esforços de todos que se dediquem ao estudo de tão transcendental problema, dos recursos totais que conseguirmos mobilizar¹⁰⁴.

As oposições manifestadas ao Regulamento N.º 7 de Educação Física, surgiram, sobretudo, com as adoções oficiais do método em todas as Escolas de Educação Física do Exército e também em estabelecimentos de ensino civil¹⁰⁵.

¹⁰² MARINHO, 1945, p. 11.

¹⁰³ Idem, ibidem.

¹⁰⁴ Idem, p. 13.

¹⁰⁵ A portaria n. 70 de 30 de junho de 1931, do Ministro da Educação e Saúde, pelo Dr. Francisco de Campos, baixou os programas de educação física para os estabelecimentos de ensino secundário, mandando adotar as normas e diretrizes do Centro Militar de Educação Física, que tinha aprovado o Regulamento Geral de Educação Física como o seu método em 1930; em 15 de julho do mesmo ano, o Decreto n. 1.450 do governo do Espírito Santo baixou as instruções para o funcionamento do Curso de Educação Física no Estado, sob influência direta do C.M.E.F. e do Regulamento Geral de

Para contribuir com a distribuição do Regulamento N.º 7 de Educação Física por todo o território nacional, a Revista de Educação Física¹⁰⁶ apresentava em suas edições, matérias escritas pelos tenentes, capitães e majores do Exército, em defesa do método adotado¹⁰⁷. Ela também comercializou a obra, que recebeu vários anúncios de venda nas edições da década de 1930:

Educação Física; o Decreto n. 6.583 de 1º de agosto de 1934 do Estado de São Paulo, que regulamentava a Escola de Educação Física daquele Estado, também mencionou como método o Regulamento N.º 7 de Educação Física; o governo de Santa Catarina em 1938 ao criar o Curso Provisório de Educação Física, pelo Decreto n. 508 de 18 de agosto, adotou o Regulamento Geral de Educação Física; ainda em 1938, a Divisão de Educação Física organizou um Curso de Emergência para a formação de professores de Educação Física, sob o patrocínio do Departamento Nacional de Educação Física e com colaboração da Escola de Educação Física do Exército e do Instituto de Educação, e nesse curso, habilitou 165 professores de Educação Física, tendo como guia de treinamento o Regulamento N.º 7; em 3 de março de 1939, o Decreto n. 168 do Estado do Piauí, criou o Curso Especial de Educação Física, alegando no art. 6º que “fica adotado nos estabelecimentos de ensino o Método Francês de Educação Física, por ser o mesmo racional, científico, moderno e eclético [...]”¹⁰⁵; e, em 17 de abril de 1939, o Decreto n. 1.212 que anexa à Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, também adotou o Método Francês de Educação Física por meio do Regulamento Geral. BRASIL. Ministério da Educação e Saúde, 1944.

¹⁰⁶ A Revista de Educação Física foi editada pelo C.M.E.F. no ano de 1932, e posteriormente pela Escola de Educação Física do Exército. O periódico possuía tiragem regular e contemplava uma infinidade de assuntos e interesses, discorrendo desde assuntos mais técnicos sobre a Educação Física para um leitor especializado, até assuntos gerais para um público leigo. Apresentava artigos direcionados à Educação Física Militar e também à escolar. O impresso foi um importante veículo das idéias e dos posicionamentos políticos do Exército brasileiro. A revista é publicada até hoje pela Escola de Educação Física do Exército do Rio de Janeiro.

¹⁰⁷ MARTINS, I. G. A defesa de Georges Demeny: insincero ou não? **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 1, n.2, [sem paginação], jun. 1932.; CASTRO, L. O método francês na policia especial. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n.9, p. 32-33, jun. 1933.; STOFFEL, F. Um problema da máxima importância para a nossa nacionalidade. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 30, p. 7-10, mar. 1936.; ABADE, I. A. O. Estilização do método francês. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 31, p. 27-28, maio 1936.; RAMALHO, S. O exame médico na educação física da criança, pelo método francês. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 33, [sem paginação], out. 1936.; RAMOS, J. J. Impressões sobre o ensino da Escola de Joinville-le-Pont. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 34, p. 5-8, ago. 1937.

Regulamento de
Educação Física

Edição da DEFESA NACIONAL em dois fascículos, autorizada pelo E. M. do Exército

—

Todas as descrições de exercícios são acompanhadas de profusa ilustração

—

Na Redação da Revista de Educação Física, se acham a venda os fascículos, ao preço de 3\$000 cada um.
Pelo correio: p. simples 3\$100 — Registr. 3\$500

NÃO SE ACEITA PAGAMENTO EM SELOS DO CORREIO

FIGURA 1 – Anúncio da Revista de Educação Física (n. 18, Dezembro de 1934)

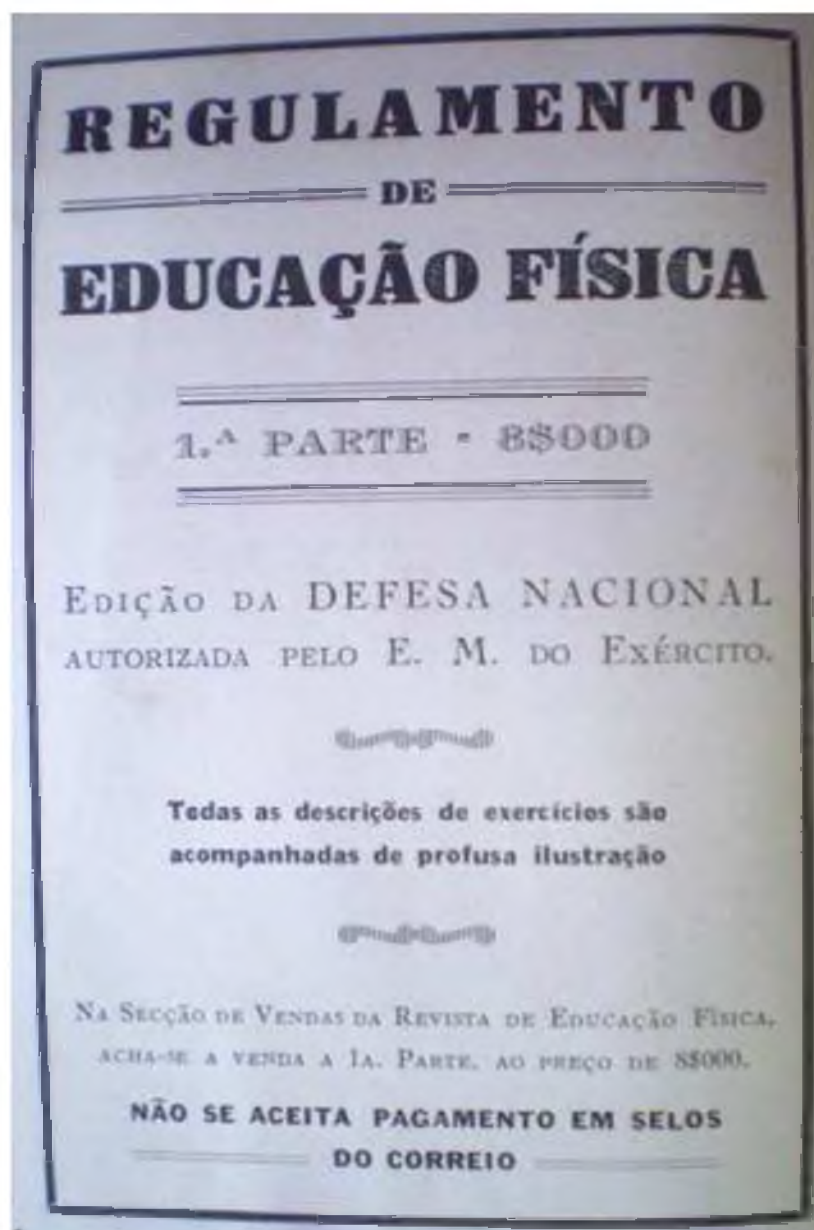


FIGURA 2 – Anúncio da Revista de Educação Física (n. 24, Julho de 1935)



FIGURA 3 – Anúncio da Revista de Educação Física (n. 25, Agosto de 1935)

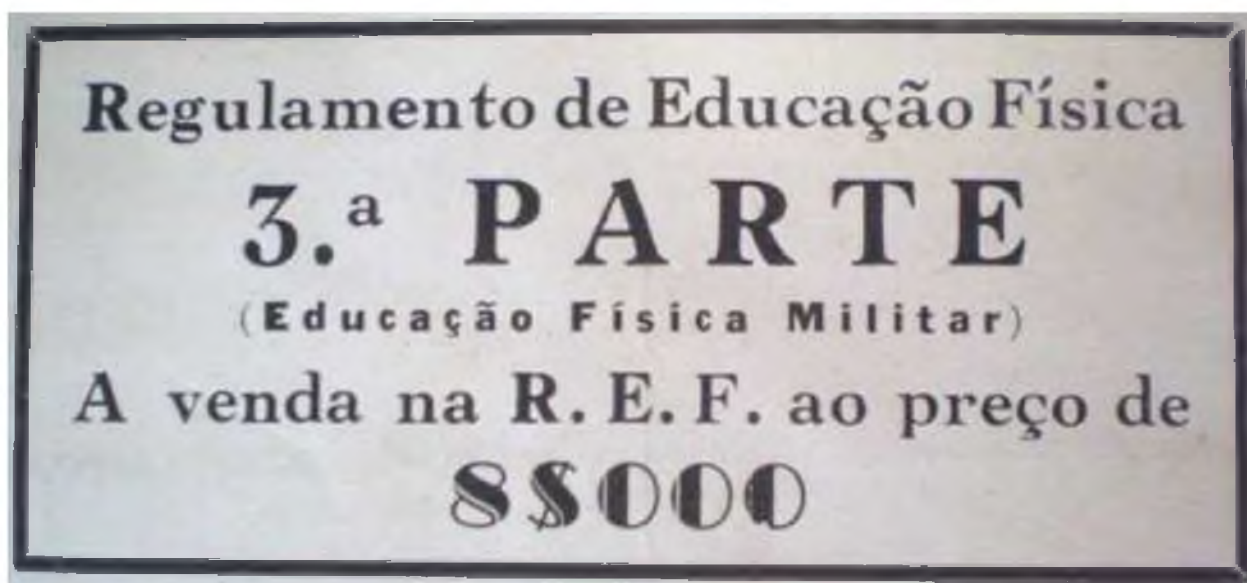


FIGURA 4 – Anúncio da Revista de Educação Física (n. 28, Dezembro de 1935)

Conforme elucidado até aqui, o Regulamento N.º 7 de Educação Física passou por um longo caminho no Brasil, desde a sua apresentação pela Missão Militar Francesa, passando pela sua adoção durante o governo de Getúlio Vargas, até sua ampla divulgação pelas Escolas de Educação Física do Exército e pela Revista de Educação Física. Ao percorrer este caminho, quero mostrar, e também revelar, os interesses que impulsionaram a adoção dessa obra e as bases sobre as quais ela se constituiu no Brasil.

2 O REGULAMENTO N.º7 DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM SUAS PARTES: DESMONTANDO O OBJETO

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente.¹⁰⁸

Talvez, o fascínio do historiador frente a um novo objeto de pesquisa, seja imposto pela certeza de que a riqueza nele contida se faz a partir de um sentido produzido historicamente, e que a ele, suas interrogações engendrarão um novo processo de significação.

Quando me deparei com o Regulamento N.º7 de Educação Física, sua capa vermelha imponente causou-me uma série de inquietações e questionamentos sobre sua finalidade, seu contexto, sua apropriação e sobre os seus métodos; levando-me a crer que este documento sustentava uma verdade, um conhecimento historicamente produzido sobre a Educação Física, e que eu, como acadêmico de Educação Física, não o conhecia.

Le Goff argumenta sobre a importância de desconstruir o significado aparente de um documento, de “[...] desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção [...]”¹⁰⁹. Por isso, neste capítulo, tentarei tirar esta roupagem do Regulamento N.º7, de um objeto imponente, que detém uma verdade. Esse processo se faz fundamental, pois o Regulamento N.º7 tem sido apresentado, pela historiografia da Educação Física brasileira, como a principal fonte sobre o desenvolvimento do Método Francês no Brasil, aquela que, em suas páginas, é inócua. Outro fator determinante, é que a utilização deste objeto tem sido feita sem um estudo aprofundado de suas bases, de seus métodos e de sua materialidade.

Para contemplar essas questões, será abordada em um primeiro momento, a materialidade do Regulamento N.º7, sua estruturação e suas condições de produção; em um segundo momento, será apresentado os conteúdos do objeto,

¹⁰⁸ LE GOFF, 1997, p. 103.

¹⁰⁹ Idem, ibidem.

seus métodos e proposições; e, ao final, uma reflexão sobre a articulação dos conceitos de “materialidade” e “documento monumento” usados neste capítulo.

2.1 Estrutura, partes e materialidade

Apesar de ter sido uma tradução literal da publicação em francês, a versão da obra em português apresentou nas capas uma variação bastante adaptada. As três partes do original publicado na França seguiram um padrão simples, com uma capa azul clara e com os dados de autoria, nome do livro, capítulos e local de publicação. O destaque na capa se fez ao símbolo da imprensa militar, responsável pela edição do livro, porém não ocupando um espaço muito grande.

A versão em português teve duas capas. A primeira produzida com material bastante resistente, em tons marrom, laranja e preto, com material bastante resistente, foi publicada em 1934. Ela apresentou os dados de editoração pela “Biblioteca da “A Defesa Nacional””, o título “Regulamento de Educação Física, Regulamento N.º 7”, uma interessante advertência sobre a edição – Edição Provisória Autorizada pelo Estado Maior do Exército – e deu grande destaque à figura ilustrativa, o “Discóbolo de Myrón”¹¹⁰. A capa da publicação posterior foi totalmente reformulada, saíram as cores laranja e marrom, e entrou a vermelha. Esta capa, com um design mais arrojado, foi elaborada, contudo, com um material muito menos resistente, em brochura. Os dados contemplados foram: editoração por conta da “Biblioteca de A Defesa Nacional”, o título “Educação Física/Regulamento N.º 7” e o ano “1937”. As principais mudanças se deram na cor predominante, nessa edição a vermelha; na disposição do texto em diagonal, dando destaque ao título “Educação Física”, com uma fonte bem diferente da usada na edição anterior; e na ilustração, utilizando mais uma vez o “Discóbolo de Myrón”, entretanto no canto direito superior com menor destaque, e um símbolo composto por uma espada sobre um livro com um ramo, no canto inferior esquerdo.

Uma questão bastante interessante das duas publicações é a escolha do Discóbolo de Myrón para ilustrar a capa. Hoje, a imagem dessa estátua é

¹¹⁰ Discóbolo (lançador de discos) é uma famosa estátua do escultor grego Myrón - produzida em torno de 450 a.C - que representa um atleta momentos antes de lançar um disco.

oficialmente usada como símbolo dos Profissionais de Educação Física no Brasil¹¹¹, justificada pelo argumento de representar uma perfeita imagem do corpo humano, com seus músculos, tendões e ossos em harmonia no movimento de lançamento de disco. Creio que a justificativa para utilizar a imagem da estátua na capa do Regulamento N.º 7 não foi diferente da justificativa atual para adoção como símbolo da Educação Física. O Regulamento justificava seu método por produzir homens fortes, com harmonia de movimentos sem dispêndio de energia, prontos para defender a pátria. Logo, é importante salientar que a utilização do Discóbolo de Myrón, como símbolo representativo da Educação Física brasileira, pode ter tido início com as capas do Regulamento N.º 7, a partir de 1934. O livro “Histórico da Educação Física” de 1931, pelos 1^{os} Tenentes do Exército, também apresentou o Discóbolo como imagem ilustrativa, mas esta associação deve ter sido feita a partir do conteúdo do livro – história da Educação Física – com as contribuições da Antiguidade Clássica ao desenvolvimento do corpo. Este é um interessante assunto para os historiadores da Educação Física problematizarem.

A outra imagem usada na publicação de 1937 – espada sobre um livro com um ramo – pode ser relacionada à editoração pela “Biblioteca de A Defesa Nacional” do Ministério da Guerra. A figura de um livro, geralmente usada na representação da aquisição de saberes, e a de uma espada, representando o exército e a defesa, remetem a essa interpretação. O título “Educação Física”, nessa mesma publicação, ganhou letras em caixa alta e uma fonte bastante chamativa, totalmente diferente da publicação anterior. Somado a esses elementos, a capa toda em vermelha dá um destaque provocativo e torna o documento um monumento perfeito para exibição nos locais de treinamento de corpos de tropa, pois transmite a imagem de um saber superior e impassível de questionamentos.

A mudança do material de confecção da capa – do mais resistente ao mais frágil em brochura - pode ser relacionada ao alcance que a obra tomou em território nacional, indo das casernas às instituições civis. A confecção de livros em brochura poderia baratear a produção. Concomitantemente a obra adquiriu um caráter comercial nas publicações da Revista de Educação Física do Exército, uma boa justificativa para o arrojamento da capa de 1937.

¹¹¹ RESOLUÇÃO CONFEF nº 49/2002, Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 2002.

O historiador francês Roger Chartier, ao se debruçar sobre a temática da “sociologia histórica das práticas de leitura”, argumenta que ao leitor sempre é pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor, devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correta, a uma leitura organizada daquilo que lê¹¹².

¹¹² CHARTIER, 1990, p.123.

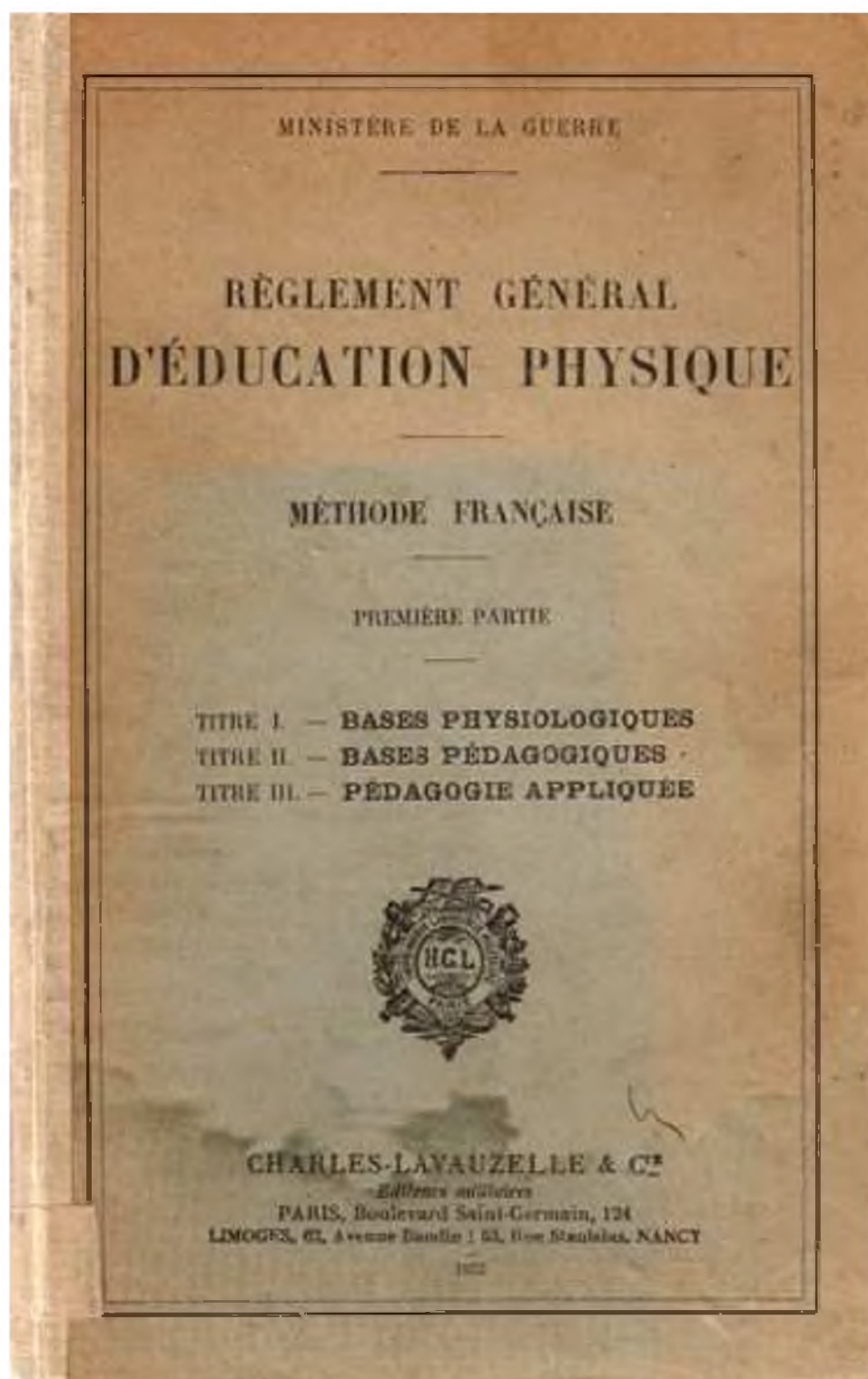


FIGURA 5 – Capa do *Règlement Général d'Éducation Phyque*, 1932



FIGURA 6 – Capa do Regulamento N.º 7 de Educação Física, 1934

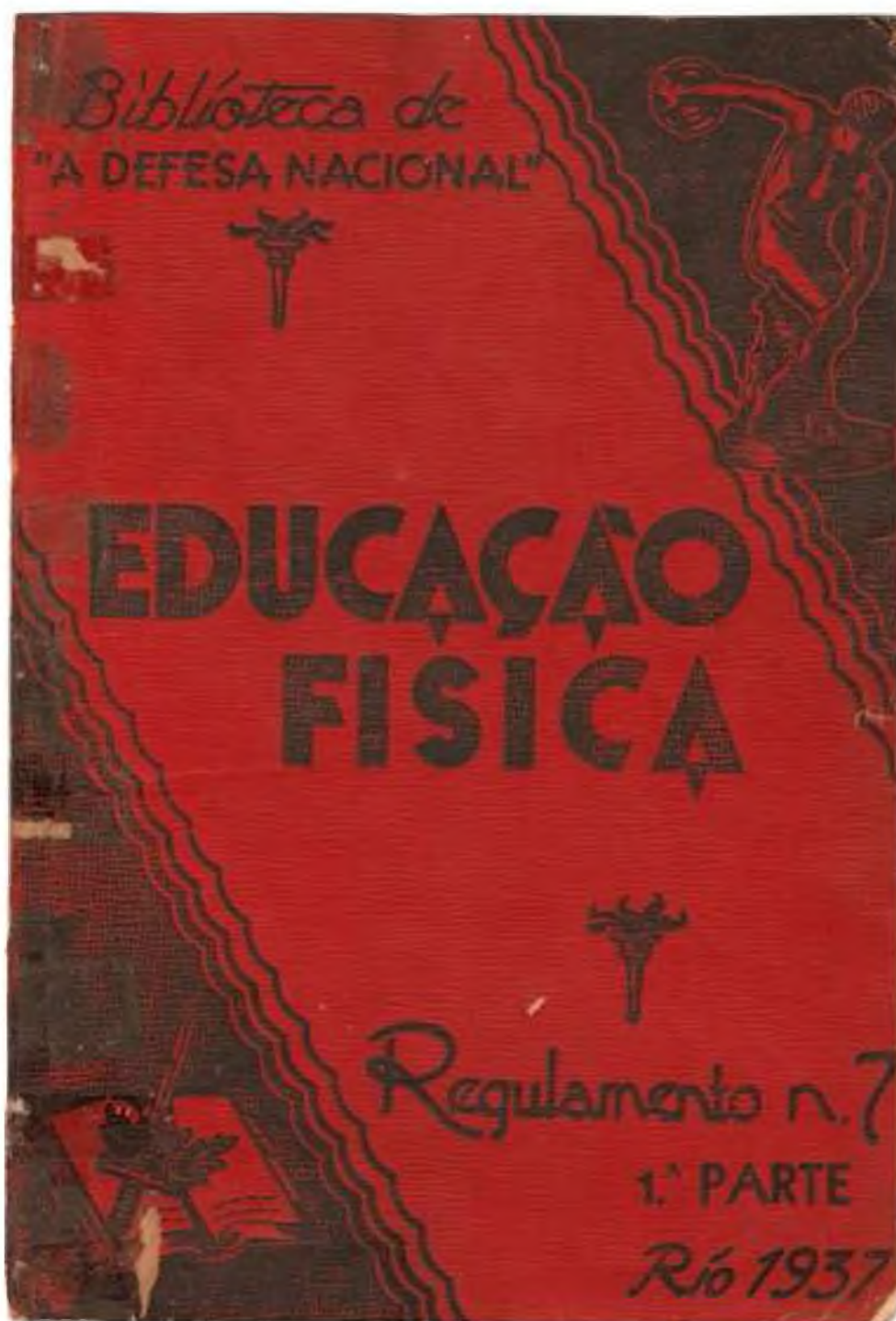


FIGURA 7 – Capa do Regulamento N.º 7 de Educação Física, 1937

Por um lado, se as capas do Regulamento N.º 7 de Educação Física das publicações de 1934 e 1937 foram totalmente diferenciadas, por outro, o conteúdo se manteve inalterado, desde as prescrições dos exercícios físicos até a formatação do texto. O índice, as partes e as figuras não mudaram, nem o número de páginas sofreu alterações.

O livro em português, nas duas partes traduzidas, foi estruturado da seguinte forma: capa; contra-capa com dados de imprensa, título, capítulos e ano; índice das matérias; preâmbulo; conteúdo; e anexos. Como já alertado, a tradução do documento em francês para o português não sofreu alterações no seu conteúdo original, sendo uma tradução literal. Essa questão pode ser observada na divisão dos conteúdos das três partes do Regulamento apresentada nos elementos pré-textuais da 1ª edição:

Règlement Général d'Éducation Physique, 1^{ère} Partie	Regulamento N.º 7 de Educação Física, 1ª Parte
<p style="text-align: center;">Première Partie (Un volume)</p> <p>Titre I. – Bases physiologiques; Titre II. – Bases pédagogiques; Titre III. – Pédagogie appliquée.</p>	<p style="text-align: center;">I Parte (1 volume)</p> <p>Título I – Bases Fisiológicas; Título II – Bases Pedagógicas; Título III – Pedagogia Aplicada.</p>
<p style="text-align: center;">Deuxième Partie (Un volume)</p> <p>Titre IV. – Sports individuels; Titre V. – Sports collectifs.</p>	<p style="text-align: center;">II Parte (1 volume)</p> <p>Título IV – Esportes Individuais; Título V – Esportes Coletivos.</p>
<p style="text-align: center;">Troisième Partie (Un volume)</p> <p>Titre VI. – Éducation physique militaire; Titre VII. – Rééducation.</p>	<p style="text-align: center;">III Parte (1 volume)</p> <p>Título VI – Educação Física Militar; Título VII – Reeducação.</p>

Annexes	Anexos
Annexe I. – Role du Médecin (un volume); Annexe II. – Manuel de l’Instructeur militaire (un volume); Annexe III. – Manuel de l’Instructeur civil (un volume).	I – Papel do Médico (1 volume); II – Esgrima ¹¹³ (1 volume); III – Manual do instrutor militar (1 volume); IV – Manual do instrutor civil (1 volume).

QUADRO 4 – Divisão dos Conteúdos do Regulamento de Educação Física em Francês e em Português

O Regulamento N.º 7 também apresentou uma série de ilustrações no seu interior, as quais buscavam exemplificar a formação dos grupos de soldados para os exercícios, e as posições, ou formas, de execução dos movimentos. As ilustrações para exemplificar a formação dos grupos foram representadas por um esquema tático com círculos identificando os executantes, e com números e flechas para representar a ordem de execução e a direção da tarefa. Já as ilustrações para execução dos movimentos foram representadas pelo desenho de um, ou mais homens, utilizando uma “sunga” e demonstrando a forma e a sequência do movimento abordado. Diferente da versão em português, a obra em francês utilizou fotos de homens para identificar a execução dos movimentos. Comparando as duas versões, nota-se claramente que os desenhos ilustrativos do Regulamento em português são uma representação das fotos do Regulamento em francês.

¹¹³ O Anexo “esgrima” da versão em português, também está contido no livro original em francês, no entanto não foi destacado na divisão dos conteúdos como na versão em português.



FIGURA 8 – “Marcha em Espiral – Caracol”, Regulamento N.º 7

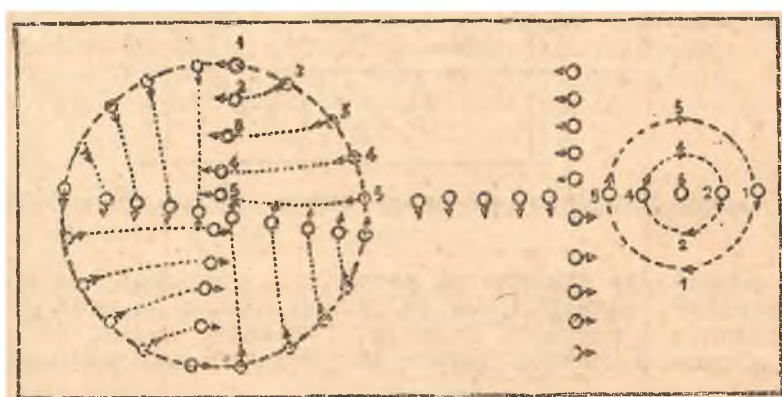


FIGURA 9 – “Formar as Azas do Moinho”, Regulamento N.º 7

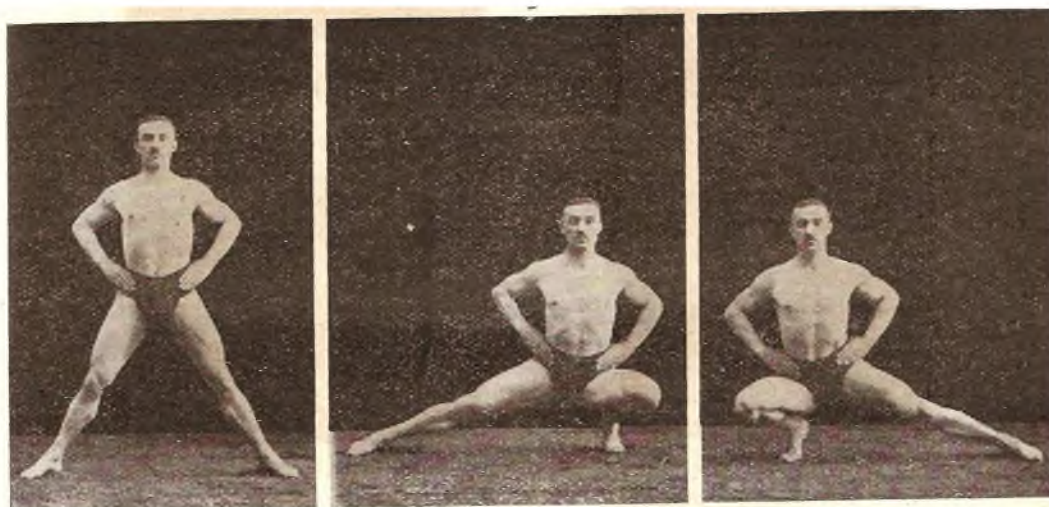


FIGURA 10 – Grande Afastamento Lateral, Mãos nos Quadris, Flexão Alternada de Pernas (*Règlement Général d'Éducation Physique*)

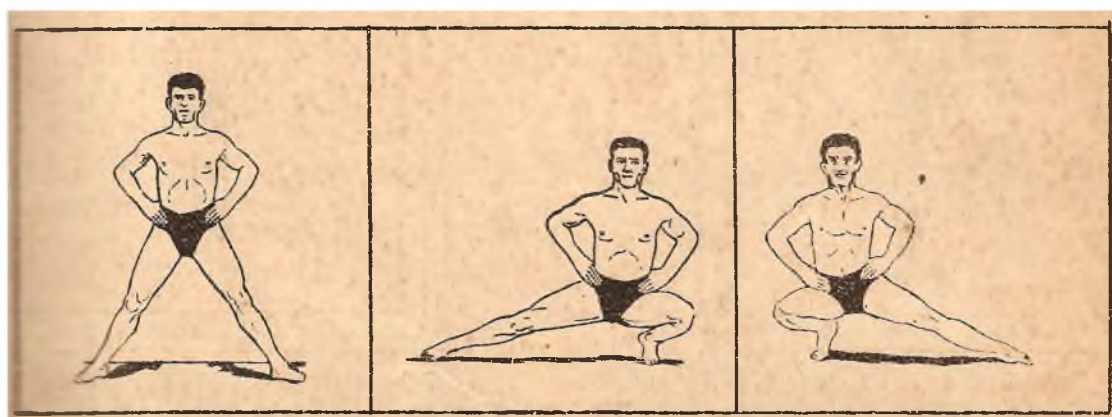


FIGURA 11 - Grande Afastamento Lateral, Mãos nos Quadris, Flexão Alternada de Pernas (Regulamento N.º 7 de Educação Física)

As abordagens de alguns dos elementos da materialidade do objeto estudado permitem compreender, dentro dos limites desta pesquisa, como lhe foram impostos sentidos para além da simples tradução de um texto, sobretudo, em uma determinada leitura e para uma determinada apropriação. Nesse sentido, embora o Regulamento N.º 7 de Educação Física não tenha sido alterado da versão original original em francês, ele passou a ter uma reesignificação no Brasil. Para Chartier, da relação entre “[...] texto, livro e compreensão surge uma outra figura, quando um texto, estável na sua letra e fixo na sua forma, é objecto de leituras contrastantes”. Segundo o historiador, um livro muda “enquanto muda o seu modo de leitura”.¹¹⁴

2.2 Para o homem civil e o homem militar: os conceitos e os métodos do Regulamento N.º 7 de Educação Física

O método exposto pelo Regulamento geral é eclético, ele não exclue, a priori, nenhum dos processos capazes de contribuir, eficazmente para o desenvolvimento físico e harmónico do homem. Contrário a todo dogmatismo ele admite que cada experiência nova deve constituir um marco a mais na estrada do progresso.¹¹⁵

Nas palavras do Cap. Bernard na Revista Brasileira de Educação Física pode-se notar a dimensão que se propunha ao Método expresso no Regulamento N.º 7: uma formação integral do homem. Para Goellner, esse fato se deu justamente na passagem do Método Ginástico Francês para o Método de Educação Física Francês, sendo este uma nova perspectiva acerca da formação do ser humano¹¹⁶.

O Regulamento foi construído com base em sete qualidades físicas e morais, chamadas de “famílias”: saúde, força, resistência, destreza, têmpera de carácter e harmonia das formas. Nota-se que a preocupação sobre a formação do homem ia além da simples formação do físico, de uma simples formação biológica. O Regulamento N.º 7 reconheceu a necessidade de uma formação para a sensibilidade dos indivíduos, uma formação moral. Em suas páginas podemos ler que:

¹¹⁴ CHARTIER, 1990, p. 131.

¹¹⁵ BERNARD, 1944, p.28.

¹¹⁶ GOELLNER, 1992, p.20.

A educação física não deve, pois, limitar-se em assegurar o mais perfeito desenvolvimento do indivíduo em facultar-lhe o melhor rendimento e equilíbrio das grandes funções: deve, também e principalmente, ensinar a disciplinar os movimentos e a contrair hábitos musculares que melhor se **adaptam as implicações úteis da vida**.

Tal é a concepção nitidamente utilitária do Método Frances, cujos processos resultantes do conhecimento prático do homem em movimento, **visam o desenvolvimento harmonioso e a melhor exploração de todas as qualidades físicas e morais que constituem o aperfeiçoamento real da natureza humana**.

Essas qualidades grupadas por família, podem ser enunciadas por uma breve fórmula: **Saúde, fôrça, resistência, destreza, têmpera de caráter, harmonia das formas**.¹¹⁷

A saúde, para o Regulamento de Educação Física, residia no “perfeito equilíbrio das grandes forças vitais”¹¹⁸. Ele advertia que sem essa qualidade, não era possível ao soldado adquirir a resistência necessária para suportar as fadigas da vida militar. A força era definida como “toda potência capaz de produzir uma certa soma de trabalho”¹¹⁹, e ainda destacada como desenvolvimento muscular harmônico que embelezava as formas e que permitia realizar múltiplas ações cotidianas. A resistência manifestava-se “de um lado, por uma luta mais eficaz contra as doenças e, de outro, por um melhor rendimento da maquina e por uma melhor repartição das despesas”¹²⁰. Ou seja, o destaque a essa qualidade residia no fato de desenvolver maior vigor das defesas orgânicas e também por tornar o organismo capaz de suportar esforços prolongados. A destreza era compreendida como a “mais econômica utilização da fôrça e por sua adaptação judiciousa ao trabalho a executar”¹²¹. Essa qualidade recebeu destaque, porque o Método repudiava o desperdício de energia e ela ficou responsável por desenvolver a força com harmonia e precisão. A têmpera de caráter foi anunciada sendo uma qualidade um tanto quanto audaciosa, pois se definia como “coragem e gôsto pelo esfôrço, donde emanam a firmeza, a resistência, a audácia, o sangue frio, o amôr pela iniciativa, pela luta, pelas responsabilidades, em uma palavra, todas as qualidades que constituem a virilidade”¹²². Percebe-se na têmpera de caráter que a virilidade era o alvo a ser alcançado, sendo necessário, para isso, um perfeito equilíbrio entre o físico e a moral. A última

¹¹⁷ BRASIL. Ministério da Guerra, 1937a, p.20, grifos meu.

¹¹⁸ Idem, ibdem.

¹¹⁹ Idem, ibdem.

¹²⁰ Idem, p.21.

¹²¹ Idem, ibdem.

¹²² Idem, ibdem.

das qualidades, a harmonia das formas, era entendida como a resultante do cumprimento de todas as outras qualidades, a qual prescindia “a integridade perfeita dos órgãos, desenvolvimento muscular normal, sólida estrutura óssea, simétrica e sem desvio, flexibilidade no andar, firmeza no porte”¹²³.

As famílias eram as bases do desenvolvimento do Método do Regulamento N.º 7 de Educação Física. A partir desses conceitos, a 1ª Parte da obra foi dividida em três títulos: Bases Fisiológicas, Bases Pedagógicas e Pedagogia Aplicada.

O primeiro – Bases Fisiológicas – forneceu noções sobre a natureza, os efeitos fisiológicos do exercício físico e as condições de treinamento. No segundo título – Bases Pedagógicas – foram definidos os princípios gerais do método e toda a parte metodológica para aplicação dos exercícios. O título Pedagogia Aplicada apresentou todos os exercícios do Método Francês a partir de ilustrações.

Além da preocupação com a formação integral do homem, o Regulamento N.º 7 desenvolveu uma aplicação do seu método que contemplava desde o trabalho físico direcionado às crianças, até exercícios físicos para pessoas em idade avançada. Esses elementos revelaram uma preocupação do método que não era restrita ao treinamento de soldados, ou de corpos de guerra, mas abrangia conhecimentos sobre aqueles que seriam o futuro da nação. A educação física emergia com o Regulamento N.º 7, relacionando-se ao fortalecimento do homem e ao cuidado da saúde.

Durante a infância, a educação física deve visar o desenvolvimento harmônico do corpo. Na idade adulta deve manter e melhorar o funcionamento dos órgãos, aumentar o poder do coração e dos vasos sanguíneos, o valor funcional do aparelho respiratório, a precisão e eficácia dos movimentos e, pelo conjunto desses meios, assegurar a saúde.¹²⁴

O Método procurava ser simples e utilitário ao mesmo tempo, para alcançar um maior número de praticantes, e assim desenvolver uma nação forte. Ele abordou seis formas de trabalho que compreendiam diferentes classes de indivíduos.

Primeiramente, a educação física elementar ou pré-pubertária, destinada às crianças de 4 a 13 anos de idade. Essa forma de trabalho priorizava o desenvolvimento da saúde, cuidados com a higiene e a educação motora, sem

¹²³ Idem, ibdem.

¹²⁴ Idem, p.7.

esquecer o trabalho com jogos, pois este era justificado como um importante momento de prazer. Após, a educação física secundária – pubertária e pós-pubertária –, relacionada aos indivíduos de 13 a 18 anos, alertava para um trabalho que não compreendesse exercícios violentos e exercícios de força na fase púbere (13 a 15 anos), porém que considerasse um trabalho progressivo de resistência e de força na fase pós-púbere (16 a 18 anos), a fim de alcançar com perfeição o ciclo seguinte.

Em um terceiro momento, a educação física superior – esportiva e atlética –, a qual era destinada, antes de tudo, aos jovens que chegassem a este grau, e que poderiam seguir a prática de exercícios físicos até o declínio da força muscular por volta dos 30, 35 anos. O Regulamento adverte que neste ciclo de trabalho “[...] o instrutor procurará sempre a realização do tipo de atleta completo, tipo feito ao mesmo tempo de fôrça, de resistência, de velocidade, agilidade e saúde”¹²⁵.

Também foi desenvolvido um método exclusivo para mulheres, denominado de ciclo de educação física feminina. Apesar de ter sido embasado por pressupostos científicos, o Regulamento N.º 7 de Educação Física não se distanciou do papel cultural destinado às mulheres no período: frágeis, sensíveis, perpetuadoras da raça. Ele alertava que o exercício físico era útil a todos os indivíduos, entretanto as “funções” particulares das moças impediam-nas de executar o mesmo método que os rapazes. O Regulamento argumentava que “A mulher não é constituída para lutar, mas para procriar. Convém que, tratando-se dela, os exercícios contribuam para o desenvolvimento normal da bacia”¹²⁶.

Em um último momento, foi abordado o trabalho de educação física para os ciclos de “adaptações profissionais” e de “ginástica de conservação”. O primeiro relacionava os benefícios dos exercícios físicos a todos os profissionais da sociedade: militares, industriais, trabalhadores, etc. Destacava que os exercícios contribuam com a diminuição da fadiga e o com o melhoramento da saúde, aumentando, assim, o rendimento. Soares (2007) e Goellner (1992), com base em um referencial teórico marxista, argumentam que a educação física, no período delimitado, refletiu os interesses da sociedade do capital, educando corpos para o trabalho, e otimizando as produções das fábricas. Já o segundo ciclo era destinado

¹²⁵ BRASIL. Ministério da Guerra, 1937, p.15.

¹²⁶ Idem, p.16.

a idade madura, após os 35 anos. O Método explicava que nesse período os exercícios atléticos se tornavam penosos e até perigosos para a saúde, então o trabalho físico deveria ser desenvolvido para diminuir a decadência orgânica.

Para desenvolver as sete famílias que conceituavam o Método em cada um dos grupos de indivíduos, o Regulamento N.º 7 elaborou seis formas diferentes de trabalho: os jogos, os flexionamentos, os exercícios educativos, as aplicações, os esportes individuais e os esportes coletivos. Os flexionamentos, os exercícios educativos e as aplicações formavam a chamada lição de educação física. A essas três formas de trabalho era atribuído o poder de elevar o homem ao máximo de sua condição física, e as outras, o Regulamento advertia que era necessário ao instrutor de educação física agir com saber, prudência e experiência na aplicação.

Os jogos eram recomendados, sobretudo, àqueles que estavam em idade escolar. Segundo o Método, o jogo levava os praticantes a executarem espontaneamente os movimentos ginásticos, e adaptavam-se “[...] tanto às aptidões físicas da criança, como às suas **necessidades morais**. São [eram] ao mesmo tempo higiênicos e recreativos”¹²⁷. No entanto, foi salientada a insuficiência dos jogos para a educação física de jovens e adultos. Para eles, era necessário um trabalho completo com aplicações, exercícios educativos e flexionamentos.

A lição de educação física constituía um quadro pedagógico, e entendia que: as aplicações compreendiam sete famílias distintas de exercícios - marchar, trepar, saltar, levantar e transportar, correr, lançar e atacar e defender-se; os exercícios educativos preparavam os músculos para uma determinada aplicação; e os flexionamentos eram movimentos localizados, com efeito corretivo, sobre cada articulação e sobre cada musculatura.

A lição combinava exercícios variados que desenvolvessem o aperfeiçoamento simultâneo de todos os órgãos e de todas as funções orgânicas. Para cada sessão de lição de educação física existiam três partes: a sessão preparatória, a lição propriamente dita e a volta à calma. Como poderemos observar, a estrutura da lição de educação física do Regulamento N.º 7 teve uma influência muito grande sobre a Educação Física brasileira, sendo um molde de aula, ou de

¹²⁷ BRASIL. Ministério da Guerra, 1937a, p.22, grifos meu.

treinamento físico utilizado até os dias atuais. Basta atentar aos exemplos com aquecimento, parte principal e volta à calma.

A sessão preparatória visava aquecer progressivamente o organismo para o trabalho mais intenso da lição propriamente dita. A lição de educação física desenvolvia, segundo as características de cada grupo de indivíduos, as aplicações (marchar, trepar, saltar, levantar e transportar, correr, lançar e atacar e defender-se). E por último, a volta à calma compreendia exercícios de fraca intensidade para não causar fadiga ao organismo. As lições também contemplavam uma sessão de jogos, e sobre isso o Regulamento N.º 7 alertou: “Os jogos devem ser praticados com liberdade, **com entusiasmo e com máxima alegria**”¹²⁸.

A partir dessa estruturação, a lição de educação física deveria ser contínua, alternada, graduada, atraente e disciplinada. O Regulamento ainda orientava os instrutores para preparar a lição com antecedência, com cuidado e com método. Nesse sentido, o Método exposto no Regulamento N.º 7 fornecia um suporte teórico, conceitual, metodológico e prático aos instrutores de educação física. Não obstante, ele foi considerado referencial da educação física científica no período.

A lição de educação física bem dirigida, despertará no **espírito e na vontade** do aluno, qualidades de ordem que exercerão **uma feliz repercussão sobre sua formação geral**.¹²⁹

Os esportes individuais e coletivos foram adotados pelo Regulamento com a justificativa de que proporcionavam felicidade ao homem, a partir do entendimento de que a felicidade fornecia-lhe prazer físico. “Estes exercícios criados tendo em vista o prazer, são, além disso [mecanismos de felicidade], fatores importantes para o aperfeiçoamento **físico, intelectual e moral**”¹³⁰.

O trabalho com os esportes individuais e coletivos foi orientado pelo Regulamento da mesma forma que a lição de educação física, com uma sessão preparatória, o esporte propriamente dito e com a volta à calma. A publicação do Método Francês que abordou a metodologia do trabalho com os esportes individuais e coletivos foi a 2ª Parte do *Règlement Général d'Éducation Physique*, não traduzida para o português e não adotada no Brasil. Linhaes (2006) argumenta que o Método

¹²⁸ Idem, p.48, grifos meu.

¹²⁹ Idem, p.43, grifos meu.

¹³⁰ Idem, p.24, grifos meu.

Francês foi um dos responsáveis, por meio do Regulamento N.º 7 de Educação Física, pelo lugar que o esporte tomou dentro da Educação Física brasileira. Entretanto, considerando a não tradução e não adoção da 2ª Parte do Regulamento, lanço mão de algumas interrogações à historiografia da Educação Física: o esporte já estava tão desenvolvido no Brasil que por isso não foi traduzida a 2ª Parte do Regulamento? Então, quais foram os pressupostos metodológicos que orientaram o trabalho com esporte nas casernas e nas escolas? O Método Francês foi adotado no Brasil apenas com o objetivo de treinamento físico e de promoção da saúde?

O Método do Regulamento N.º 7 não apresentou uma série de exercícios físicos que os alunos precisavam reproduzir passivamente. Ele foi além. Orientou os alunos por meio de “sessões de estudos”, para compreenderem o trabalho desenvolvido no Método. Essas sessões agruparam as partes do treinamento físico geral: lições de educação física, sessões de jogos, esportes individuais e coletivos. De acordo com o Regulamento os objetivos das sessões de estudos eram:

- a) Ensinar ao aluno, detalhadamente o melhor modo de execução dos movimentos que entram na composição da lição.
- b) Fazê-lo adquirir “o estilo”, cuja posse é necessária para obter nos esportes individuais, resultados proporcionais à sua potência física.
- c) Adquirir as noções técnicas e táticas essenciais e indispensáveis para que êle possa se entregar à prática dos esportes coletivos.¹³¹

Para os instrutores, o Regulamento orientou a postura de trabalho com os alunos, as formas de correção e aplicação dos exercícios físicos. Também passou orientações de conduta moral:

[...] O instrutor deverá, pois, esforçar-se para tornar, a sessão de trabalho físico **atraente**, pela escôlha judiciousa dos exercícios, que variará frequentemente, pela introdução de jógos e no momento oportuno, no decorrer da lição e, principalmente, pela emulação e disposição para o trabalho que provocará em sua classe.¹³²

Pouco antes da hora do início da lição, o instrutor reunirá os alunos, far-lhes-a vestir o uniforme prescrito para os exercícios físicos, recomendando-lhes-á urinar e assoar-se, depois, sem perda de tempo para que não resfriem reuní-los-a para o trabalho.¹³³

¹³¹ BRASIL. Ministério da Guerra, 1937a, p.39.

¹³² BRASIL. Ministério da Guerra, 1937a, p.35, grifos meu.

¹³³ Idem, p.45.

Cometido um êrro, êle [instrutor] o observa [aluno] imediatamente e em voz alta, empregando uma fórmula breve e imperativa. A observação deve ser rapidamente formulada, afim de que o êrro não cesse antes da correção.¹³⁴

Fica clara a preocupação do Método com aqueles que iriam desenvolver esse processo de ensino. Como destacado, o Regulamento N.º 7 abordava a formação integral dos indivíduos, desde o aperfeiçoamento físico, até as condutas do comportamento pessoal. Os instrutores de educação física deveriam ser um espelho para os alunos, agregando todas as qualidades selecionadas pelo Método. Provavelmente esse foi um desejo expresso no Regulamento que encontrou barreiras na hora da prática. O instrutor de educação física foi descrito nas páginas da obra como um homem forte, saudável, ágil, com “harmonia das formas”, viril, alegre, sem questionamentos morais e que transmitia o saber com autoridade. Esse desejo romântico era alimentado pela crença de que a educação física poderia desenvolver todas essas virtudes no homem, se fosse trabalhada desde a fase elementar até a fase superior.

A 1ª Parte da obra, dividida em Bases Fisiológicas, Bases Pedagógicas e Pedagogia Aplicada, tentou flexibilizar o Método para todas as classes de indivíduos: escolares, trabalhadores, atléticos¹³⁵ e pessoas em idades mais avançadas. Somente na 3ª Parte é que foi apresentado o Método direcionado ao treinamento de corpos de tropa, “a educação física militar”.

A metodologia desenvolvida na 1ª Parte pode, no entanto, ser resumida com o objetivo de alcançar dois grupos de indivíduos, ou ciclos: a educação física elementar e secundária – para crianças e adolescentes –, e a educação física superior – para adultos (homens).

O Regulamento sugeria aos instrutores que na hora do comando para executar um movimento, dissessem aos alunos para iniciarem com a “Posição fundamental”¹³⁶ (posição de sentido). Entretanto, ele salientava que o comando poderia ser substituído, para as crianças, pelo de “atenção”. Nos exercícios de flexionamento, o Regulamento N.º 7 indicava outra forma de tratamento para com as crianças: em vez de o instrutor falar o nome do exercício de flexionamento para

¹³⁴ Idem, p.47.

¹³⁵ Uso o termo atléticos para descrever aqueles que alcançavam a educação física superior, os quais poderiam ser civis, militares ou até mesmo atletas, entretanto que apresentassem vigor “atlético”.

¹³⁶ BRASIL. Ministério da Guerra, 1937a, p.46.

executarem, como no trabalho com os adultos, ele deveria lhes dizer “façam como eu”. Esses foram elementos pedagógicos apresentados pelo Método, levando em consideração a capacidade de entendimento das crianças em relação aos adultos.

A primeira parte da obra apresentou vários exercícios de cada uma das famílias de aplicação da lição de educação física - marchar, trepar, saltar, levantar e transportar, correr, lançar e atacar e defender-se. Em cada sessão eram descritos, primeiramente, exercícios, da família abordada, direcionados às crianças e, após, aos adultos. Os exercícios para as crianças eram desenvolvidos na forma de brincadeiras, cujos movimentos contemplassem a determinada aplicação. Já para os adultos, eram desenvolvidos exercícios educativos propriamente ditos, sem nenhum elemento lúdico.

O Regulamento descreveu cada uma das brincadeiras e exercícios educativos, utilizando, sempre, uma imagem ilustrativa. No começo das sessões, onde é observada a descrição das brincadeiras, as imagens utilizadas representavam meninos, e na parte posterior destinada aos adultos, as imagens representavam homens.

Na sessão “trepar” o Método sugeria as brincadeiras chamadas de “o tirador d’água”, “o limpador de chaminé”, “o desenhista maneta”, “o caranguejo”, “o carrinho de mão”¹³⁷, entre outras. O carrinho de mão, por exemplo, era descrito da seguinte forma:

As crianças são colocadas em linha de duas fileiras. As da primeira fileira colocam as mãos no chão, braços estendidos e afastados; as da segunda fileira seguram-nos pelos tornozelos e, ao sinal do instrutor os levantam. Cada carrinho de mão assim constituído marcha deslocando alternadamente os braços.
Braços e pernas flexionados.
Relaxamento dos músculos da região abdominal (curvatura exagerada).¹³⁸

Os exercícios educativos dessa sessão, destinado aos homens, eram classificados em “suspensão inclinada”, “suspensão alongada”, “apoio estendido”, “apoio de frente”, entre outros. Na suspensão inclinada, o exercício de “elevação do joelho, seguido de extensão da perna” foi descrito da seguinte maneira:

¹³⁷ Idem, p.153-155.

¹³⁸ Idem, p.155.

Estando em suspensão inclinada, elevar o joelho o mais alto que for possível, perna e pé em flexão, estender, para cima a perna e o pé; voltar á posição de partida e iniciar o mesmo movimento com a outra perna.¹³⁹

Além de diferentes metodologias e pedagogias adotadas no desenvolvimento das aplicações da lição de educação física, visando às diferentes classes de indivíduos, o Regulamento N.º 7 de Educação Física apresentou dispositivos de leitura direcionados para um determinado entendimento daqueles que dele se utilizariam: os instrutores.

¹³⁹ Idem, p.159.

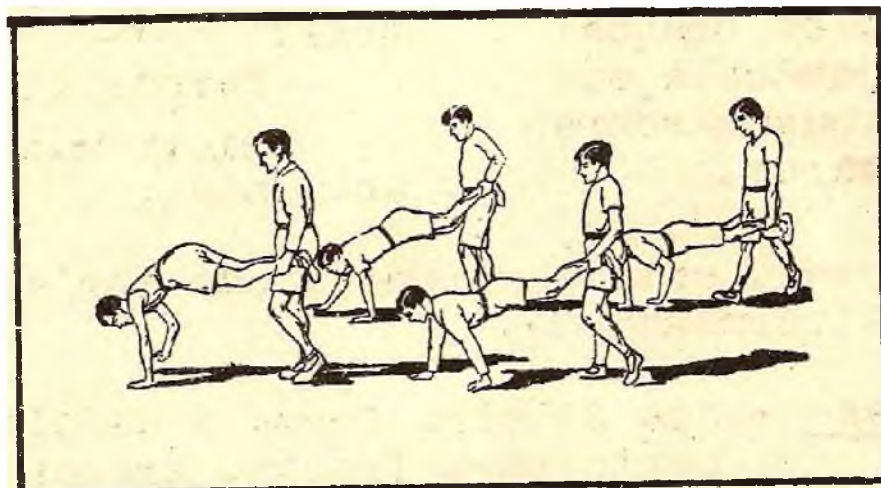


FIGURA 12 – “Carrinho de mão”



FIGURA 13 – “O tirador d’água”

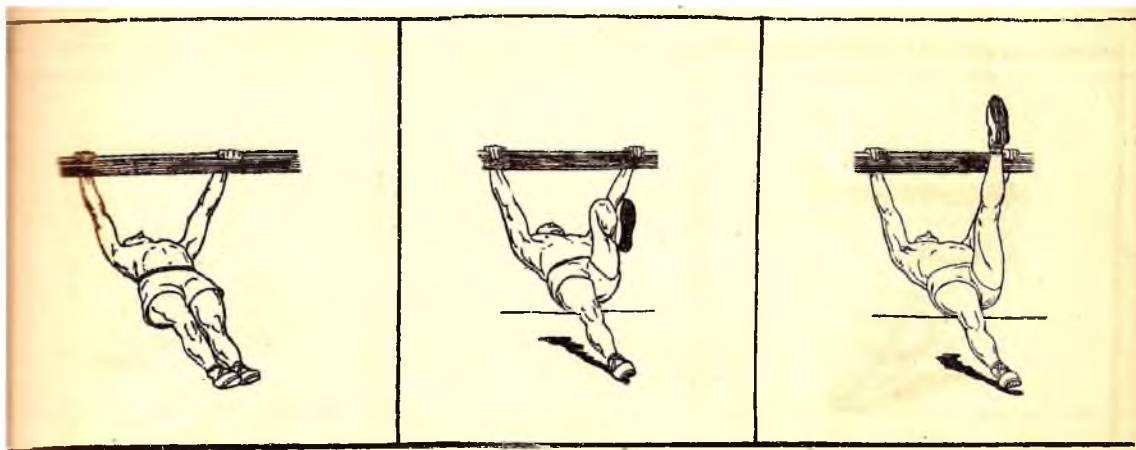


FIGURA 14 – “Suspensão inclinada: elevação do joelho, seguida de extensão da perna”



FIGURA 15 – “Suspensão alongada: elevação dos joelhos, extensão das pernas”

A 3ª Parte, traduzida do *Règlement Général d'Éducation Physique* para o português, era dividida em dois títulos: educação física militar e reeducação. A educação física militar tinha como objetivo o “[...] aperfeiçoamento do indivíduo e o prepara para o seu papel de combatente, adaptando-o fisicamente às diversas funções de sua arma”¹⁴⁰.

Entretanto, toda a metodologia de orientação do trabalho de educação física desta publicação não foi diferente da 1ª Parte, mesmo tendo como objetivo a educação física militar. As lições de educação física, os exercícios educativos e as aplicações foram apresentados exatamente com as mesmas descrições e as mesmas ilustrações. A diferença, no entanto, ficou pela não abordagem das “brincadeiras” destinada aos indivíduos dos ciclos elementar e secundário, pois a educação física militar era entendida como um ciclo de educação física superior.

Embora, a metodologia empregada e os conceitos utilizados tenham sido os mesmos tanto na 1ª Parte como na 3ª, o Regulamento de Educação Física apresentou na 3ª uma nova sessão: “descrição dos golpes (corpo a corpo)”.

Os golpes de luta para combates de guerra foram descritos tecnicamente e com o acompanhamento de figuras ilustrativas, visando o perfeito entendimento pelos militares. Os golpes eram divididos em “defesas e respostas”, atuando sobre diferentes partes do corpo: rosto, pé, partes sexuais, tronco, pescoço¹⁴¹ etc. Por exemplo, o Regulamento orientava ao soldado que

Antes de iniciar um ataque é vantajoso, conforme as circunstâncias, cegar o adversário pelo processo seguinte: fazer bruscamente uma finta ao rosto, a mão aberta, os dedos afastados e aplicados sobre os olhos do adversário, a palmada mão sobre o queixo e o nariz, o polegar abaixo do queixo.¹⁴²

O Método constituído no Regulamento N.º 7 foi pensado para atender a diferentes classes e cumprir diferentes objetivos, desenvolvendo a educação física para crianças em escolarização, para mulheres, para pessoas em idade avançada e para o treinamento de corpos de tropa. Por fim, a metodologia desenvolvida perpassou por conceitos de saúde e treinamento físico, e ainda abordou temas como conduta moral, embelezamento e felicidade.

¹⁴⁰ BRASIL. Ministério da Guerra, 1937b, p.1.

¹⁴¹ Idem, p.243.

¹⁴² Idem, p.241.



FIGURA 16 – “Finta ao rosto”

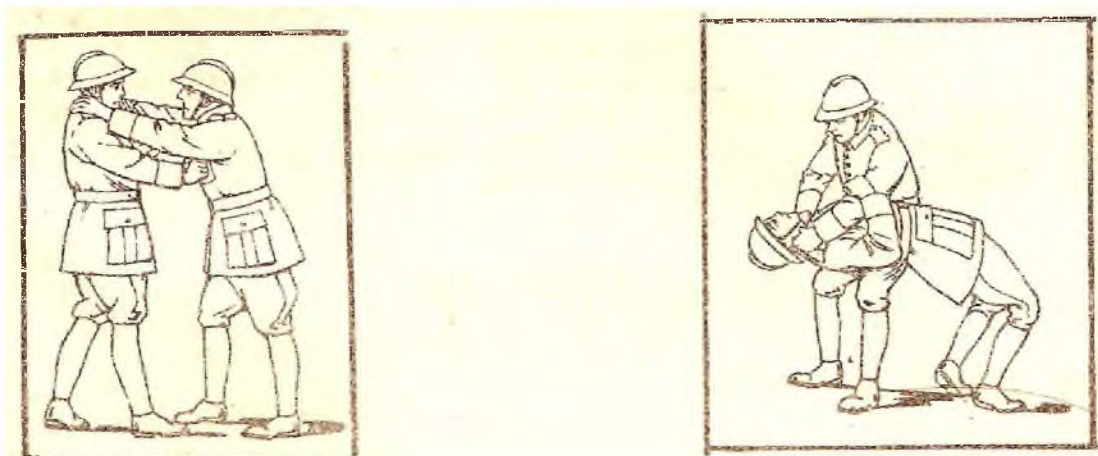


FIGURA 17 – “Estrangulamento de frente”

2.3 Compreensão do objeto a partir de algumas estratégias da produção e de publicação

Neste capítulo procurei articular as idéias de dois importantes historiadores para compreender a estrutura e as bases metodológicas do Regulamento N.º 7 de Educação Física.

O desafio de “desmontar” o objeto de estudo não poderia, pois, distanciar-se das proposições de Jacques Le Goff (1997) em “Documento/ Monumento”. Como o historiador define, “O documento não é inócuo”, ele carrega uma série de elementos constituídos a partir da história, da época e da sociedade das quais fez parte. O Regulamento N.º 7, no Brasil, apresentou as características de uma obra produzida na França e para o contexto francês, entretanto ele foi ao encontro dos interesses políticos e sociais brasileiros da década de 1930: fortalecimento da nação, desenvolvimento dos corpos de tropa e a utilização de um único método de educação física embasado em pressupostos científicos de experimentação e mensuração, como destacado anteriormente.

O modelo de ciência que norteou a constituição do Regulamento foi o das ciências biológicas, contudo é limitado afirmar que a obra foi uma expressão positivista, pois, antes de tudo, o método se preocupou com a formação humana. Como destacado nas citações, a formação de valores e a formação intelectual eram tão importantes quanto o desenvolvimento do físico, a educação física que propunha o Regulamento N.º 7 disciplinava o homem moralmente. O Método reconheceu que sem esses elementos o aluno, o soldado e o instrutor de educação física não obteriam uma formação integral, como destacado na citação abaixo:

Afastando a mocidade do **cabaret**, exercitando-a ao ar livre, a **educação física iniciada desde o lar**, prosseguida na escola e se expandindo na prática racional dos esportes, surge como um dos meios mais eficazes de luta contra **flagelos sociais, tais sejam, o alcoolismo, tuberculose e doenças venéreas.**¹⁴³

O Regulamento de Educação Física defendia a importância da prática de exercícios físicos em todas as idades, em todas as segmentações sociais, e

¹⁴³ BRASIL. Ministério da Guerra, 1937a, p.17, grifos meu.

independente do sexo, resguardadas as diferenças de gênero. Todavia, a prática das instruções do Método não apresentou diferenças entre a educação física para civis e para militares, salvo as técnicas de combate para estes. Nesse sentido, antes de adotar o Regulamento N.º 7 de Educação Física como fonte para a história da Educação e da Educação Física é necessário ter no horizonte como a obra foi montada, para que na narrativa histórica se leve em conta, como Le Goff (1997) orienta, que um documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso.

O estudo da materialidade do objeto permitiu analisar os dispositivos tipográficos, as mudanças entre as edições, os significados das imagens e ilustrações, a fim de tentar compreender os aspectos que conferiram à obra sua condição de leitura. Para tal fim, dialoguei com o historiador Roger Chartier sobre os conceitos da “história social das práticas de leitura”. O autor argumenta que “Abordar a leitura é, portanto, considerar, conjuntamente, a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la”¹⁴⁴.

O Regulamento N.º 7 apresentou alterações entre as edições que buscaram tornar o objeto um “monumento” mais atrativo para consumo e que reduzissem os custos da produção. As imagens desenhadas, a partir das fotos do *Règlement Général d'Éducation Physique*, provavelmente, foram feitas dessa forma levando em consideração o menor custo para a publicação e também para reproduzir com maior fidelidade o que foi ilustrado na obra em francês, visto que a simulação dos movimentos com modelos brasileiros poderia se desvirtuar do original.

Entretanto, é preciso ressaltar os limitadores da articulação feita neste capítulo. O estado de conservação das obras dificulta a interpretação da materialidade, pois o tempo se comprometeu em levar um pouco das cores, das formas e das condições de leitura dos impressos. Outra questão é o fato dos exemplares consultados pertencerem a um único acervo¹⁴⁵. Reconheço a necessidade de uma busca por mais exemplares dessa obra em outros acervos, para comparar as publicações e descobrir se foram editadas outras versões além das abordadas nesta pesquisa.

¹⁴⁴ CHARTIER, 1990, p.133.

¹⁴⁵ Os exemplares do Regulamento N.º 7 de Educação Física estão localizados no acervo do Centro de Memória do Departamento de Educação Física da UFPR – CEMEDEF/UFPR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O REGULAMENTO N.º 7 PARA O BRASIL

Para concluir algumas reflexões deste trabalho, lançarei mão de uma citação do *Règlement Général d'Éducation Physique* já abordada anteriormente, no entanto desejo, nesse momento, apontar alguns elementos imprescindíveis para compreender os pressupostos da constituição do objeto no Brasil:

Les nombreuses expériences d'avant-guerre, les méthodes appliquées pendant la guerre à la préparation physique rapide des jeunes classes, les résultats obtenus depuis l'armistice par la diffusion de l'Éducation physique et des sports, les progrès réalisés par la Physiologie appliquée aux exercices du corps ont souligné la nécessité d'établir une méthode générale d'Éducation physique applicable à tous les Français, sans distinction d'âge ni de sexe, et adaptée au tempérament national. Riche des expériences du passé, en parfaite concordance avec les découvertes scientifiques les plus récentes, la Méthode Française répond actuellement à ces différentes nécessités parce qu'elle continue la tradition des Maîtres de l'École Française et poursuit dans son évolution le perfectionnement de la race^{146 147}.

Segundo Hobsbawm, no período que compreende o final do século XIX e começo do XX, o nacionalismo ganhou importante destaque devido as suas mudanças políticas e sociais. Nesse contexto, o nacionalismo foi identificado também pelos ideais de “raça”. O autor esclarece que no período

[...] o nacionalismo étnico recebeu reforços enormes em termos práticos através da crescente e maciça migração geográfica, na teoria, pela transformação da “raça” em conceito central das ciências sociais do século XX.¹⁴⁸

¹⁴⁶ As numerosas experiências anteriores a guerra, os métodos aplicados durante a guerra à preparação física rápida das jovens classes, os resultados obtidos desde o Armistício pela divulgação da Educação física e dos desportos, os progressos realizados pela Fisiologia aplicada aos exercícios do corpo sublinharam a necessidade de estabelecer um método geral **de Educação física aplicável a todos Franceses, sem distinção de idade nem de sexo, e adaptado ao temperamento nacional.**

Rico em experiências do passado, em perfeita concordância com as descobertas científicas mais recentes, o Método Francês responde atualmente a estas diferentes necessidades porque ele continua a tradição dos Mestres da Escola Francesa e **prossegue na sua evolução do aperfeiçoamento da raça** (tradução minha).

¹⁴⁷ REPUBLIQUE FRANÇAISE. Ministère de la Guerre, 1932, p.5, grifos meu.

¹⁴⁸ HOBBSAWN, 2002, p.131.

Ao relacionar as proposições de Hobsbawm à citação do original do Regulamento N.º 7, percebe-se que o nacionalismo foi um elemento central da constituição do objeto. O Regulamento foi pensado para se adaptar às características biológicas, sociais e culturais dos franceses, com o objetivo de se tornar um elemento comum daquele povo e, a cima de tudo, promover a “evolução do aperfeiçoamento da raça”.

A partir de então, a educação física surgiu como elemento central dessa ideologia, pois o aperfeiçoamento da raça estava ligado à formação de homens e mulheres fortes, fisicamente e moralmente, e de uma nação forte. O ideal de uma nação forte se concretizava na formação de um exército capacitado, pronto para o combate, pois o nacionalismo, nesse período, tinha como pressuposto a mobilização da população para defesa do Estado e para luta pelo Estado.

O nacionalismo triunfou, de acordo com Hobsbawm¹⁴⁹, após a Primeira Guerra Mundial com o conceito de nacionalidade étnica. Foi também ao final desse conflito que o *Règlement Général d'Éducation Physique* foi constituído na escola de Joiville-Le-Pont em Paris.

Hobsbawm ainda esclarece que o Período entre Guerras vai consolidar outro fator importante para o nacionalismo: o esporte. Segundo o historiador, o esporte surgiu como um meio para que todos os indivíduos – homens, mulheres, crianças, políticos e civis – se identificassem com a nação: “O indivíduo, mesmo aquele que apenas torce [no espetáculo esportivo], torna-se o próprio símbolo de sua nação”¹⁵⁰. O Regulamento de Educação Física francês se encarregou em desenvolver uma metodologia para o treinamento esportivo, além de defendê-lo como importante prática para o desenvolvimento físico e moral do homem.

A educação física compreendia, a partir do Método Francês, elementos centrais à consolidação de um Estado-Nação: a possibilidade de aprimorar a raça e de desenvolver o esporte para todos os indivíduos, neste caso elucidado com a publicação da 2ª parte da obra.

Concomitante a formação de uma nova concepção sobre nacionalismo na Europa e a imersão da educação física a partir desses propósitos, no Brasil se discursava, em início do século XX, sobre a formação de homens fortes e sobre o

¹⁴⁹ 2002, p.159.

¹⁵⁰ Idem, p.171.

aprimoramento da raça. A educação física não era compreendida apenas como um fator higiênico, entretanto já se demonstrava intenções sobre o caráter eugênico que essa prática poderia ter. O Deputado Jorge de Moraes, pelo Estado do Amazonas, fez dois discursos no Congresso Nacional em defesa da educação física pelo Brasil. No primeiro, na sessão de 21 de Setembro de 1905, o Deputado afirmou que era necessário para o futuro da “Nação Brasileira” o desenvolvimento da raça, entretanto a educação física vinha sendo abandonada nos programas de ensino e carecia de uma orientação científica moderna.

É incontestável que ao futuro da Nação Brasileira se prende tudo aquilo que diz respeito ao desenvolvimento de sua raça, e, no entanto, é triste confessar que a educação física tem sido lamentosamente descuidada nos programas gerais do ensino, quando a sua inclusão, submetida à orientação científica moderna, seria absoluta necessidade.¹⁵¹

O Deputado argumentou em seu discurso que o tipo físico do brasileiro apresentava indícios de decadência da raça, e por sua vez da nação. Para ele, era necessário que a educação física ganhasse admiração como nos países da Europa e da América do Norte.

O comum dos brasileiros apresenta-se com a coluna vertebral ligeiramente inclinada para diante, ombros mais ou menos caídos, amplitude torácica exígua e parco desenvolvimento muscular. Esse homem pouca resistência oferecerá aos males que assolam a humanidade contemporânea assim com à luta dos diversos concorrentes da vida de hoje, tão movimentada, e em que o mais forte e resistente goza os proventos da vitória. A vida comum nos colégios, quartéis, institutos e outras agremiações exacerba de uma maneira frisante os inconvenientes do desleixo em que tem vivido até hoje a educação física do povo brasileiro.¹⁵²

Moraes terminou o discurso de 1905 apresentando um projeto para o desenvolvimento de duas escolas de educação física, sendo uma civil e outra militar. O projeto aprovado no Congresso Nacional não foi, todavia, posto em prática, e vinte e dois anos mais tarde, o Deputado voltou ao Congresso para criticar a não execução do seu projeto e discursar novamente a favor da educação física brasileira. Mais uma vez Moraes defendia a questão de que do desenvolvimento físico dos homens dependia o sucesso da nação, e que os vinte e dois anos de

¹⁵¹ BRASIL. Ministério da Educação e Saúde, 1942, p.3.

¹⁵² Idem, p.7.

silêncio do Congresso Nacional sobre o seu projeto comprometeu o desenvolvimento de várias gerações. Os ideais de aperfeiçoamento da raça desenvolvido pela educação física para progresso da nação, presentes no discurso de Moraes, encontraram apoio na voz do Deputado Álvaro Paes, o qual argumentou que “Apesar de retardatário, iniciamos o melhoramento do gado antes de iniciarmos o da espécie humana”¹⁵³.

As relações entre aperfeiçoamento da raça, nacionalismo e educação física, não estavam presentes apenas nos discurso do Deputado do Amazonas. De acordo com Horta¹⁵⁴, o interesse dos militares pela educação foi traduzido por uma atuação privilegiada na educação física, primeiramente voltada para o desenvolvimento físico individual e posteriormente relacionada com o fortalecimento da raça. A atuação dos militares ganhou força no governo de Getúlio Vargas, no qual a política do exército era entendida como política de preparação para guerra e para isso era necessário um processo de mobilização nacional.

O intelectual Fernando de Azevedo também foi responsável por relacionar discursos eugênicos, para “melhoramento dos sãos”, com o desenvolvimento da educação física, por ele entendida como educação eugênica do povo. Marques¹⁵⁵ aponta que durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia em 1919 os discursos pronunciados relacionaram os temas de saneamento, higiene e educação, e defendiam a constituição de um povo forte. Para ilustrar a idéia, a autora utilizou o discurso de Azevedo nesse mesmo Congresso:

A campanha do saneamento não é, eugenicamente falando, uma tarefa única, mas sim a primeira face de um cyclopeo trabalho de regeneração, de que o segundo aspecto, não menos importante, é o revigoramento, por meio da educação physica continua e methodizada. Desta raça que o saneamento libertou de causas anemiantes e reintegrou no estado hygido, mas que ainda continuaria a sofrer do mal quietante da depressão physica. [...] Não basta, pois curar os doentes, é preciso melhorar os sãos; não basta que a hygiene social saneie o povo, é mistér o revigor e a educação physica por uma acção energica e systematizada, capaz de imprimir elatério à nacionalidade então illibida da macula endemica, e de fazer jorrar harmonia de todos estes elementos ethnicos diversos concentrados por uma força commum numa raça unica e punjante, em que a independência das idéias seja assegurada pelo vigor physico e amor assíduo da atividade util e productiva.¹⁵⁶

¹⁵³ BRASIL. Ministério da Educação e Saúde, 1942, p.20.

¹⁵⁴ 1994, p.2.

¹⁵⁵ 1994, p.62, 63.

¹⁵⁶ ANNAES de EUGENIA, apud MARQUES, 1994, p.63.

A busca pelo nacionalismo, pelo elemento étnico, nos anos que precederam a adoção do Regulamento N.º 7 de Educação Física no Brasil, e até durante a década na qual ele foi oficialmente adotado, refletiu os ideais Europeus de início do século XX sobre o aperfeiçoamento da raça e fortalecimento da nação. Hobsbawm esclarece que “[...] o que trouxe a “raça” e a “nação” mais perto ainda foi a prática de usá-las como sinônimos possíveis, generalizando, de modo igualmente inexato, o caráter “racial/nacional” [...]”¹⁵⁷. É importante lembrar que no início do século XX o Brasil ainda tinha os princípios de se distanciar da imagem do regime imperial, e para isso a formação do Estado Republicano buscava uma imagem civilizada, moderna, tendo o continente europeu como a melhor referência.

O Regulamento N.º 7 foi constituído no Brasil, não apenas com a justificativa de ser um guia orientador para os corpos de tropa, visto que o Exército brasileiro buscava uma modernização de seus métodos, mas, sobretudo, foi constituído tendo como base um forte discurso nacionalista e eugênico. O contexto brasileiro na década de 1930 - período oficial da adoção do Regulamento - não se distanciou dos ideais do contexto francês pós Primeira Guerra Mundial, quando foi finalizada a obra na escola de Joinville-Le-Pont. A França nesse período defendia a modernização de seu Exército, por meio de um método de educação física científico, e o Brasil se espelhou nessa nação para o aperfeiçoamento dos corpos de tropa e dos corpos civis.

A questão da adoção de um método estrangeiro para o desenvolvimento da nacionalidade brasileira parece, em um primeiro momento, contraditória. E na verdade ela foi justamente paradoxal, pois os promotores da adoção do Regulamento N.º 7 de Educação Física reconheciam que o Método não era nacional e poderia se encontrar dificuldades na aplicação entre os brasileiros, mas afirmavam que o Método desenvolvido para os corpos franceses apresentava características científicas de perfeita adaptação às necessidades brasileiras, e tinha como fim, desenvolver um método caracteristicamente nacional.

Não sendo, pois, um regulamento nacional, a sua aplicação irá encontrar certas dificuldades que a Escola de Educação Física do Exército na

¹⁵⁷ HOBBSAWM, 2002, p.132.

medida de suas possibilidades e com a pratica já adquirida procurará remover respondendo ás condutas que lhe forem feitas e publicando em anexos as doutrinas que for colhendo.

[...] Adotando o método preconizado pela E.S.E.F. de Joinville-le-Pont e praticando-o a vários anos procura a Escola de Educação Física do Exército fazer a sua adaptação ao elemento nacional, por isso que esse é o método, que em suas características científicas, apresenta as maiores probabilidades de perfeita adaptação ao nosso caso particular. Permitir-nos á em breve prazo, estabelecer um método caracteristicamente nacional. Só a pratica meticulosa do método francês favorecerá a obtenção do fim colimado pela E.E.F.E.¹⁵⁸

Nesse enredo, pode-se observar que o elemento nacional estava como a base da constituição do Regulamento N.º 7. O Governo de Getúlio Vargas, responsável pela adoção da obra, tinha por objetivo uma política de preparação para a guerra¹⁵⁹, e essa preparação tinha que envolver a vida nacional, como já destacado no primeiro capítulo deste estudo. Também foi importante para esse governante formar um Estado Nacional, a partir de uma “raça” brasileira produtiva e disciplinada.

O Regulamento foi constituído na França como um Método para preparar a nação para a guerra, por isso não é difícil compreender o porquê a obra teve total e oficial aceitação pelo Governo Getulista. Os interesses políticos também formaram a base da constituição do objeto no Brasil.

O paradoxo da adoção do Regulamento N.º 7 de Educação Física aparece mais uma vez. A justificativa de que o Método apresentava as características para perfeita adaptação ao caso nacional nos leva a pensar que o povo brasileiro, ou ainda, os corpos brasileiros possuíam exatamente as mesmas características biológicas, culturais e sociais dos corpos franceses, para os quais o Método foi criado. Todavia, essa não era a realidade da população brasileira, pois ela apresentava um alto índice de miscigenação e uma grande massa de negros. Esse é um elemento profundamente complexo, pois a nação francesa também apresentava características de miscigenação, ocasionada, sobretudo, pelos imigrantes que se refugiavam vindos das colônias africanas. Ou seja, o Método Francês foi idealizado para uma determinada parte do povo francês. Penso que é necessário um maior aprofundamento sobre a construção da obra na França também sob essa ótica.

¹⁵⁸ BRASIL. Ministério da Guerra, 1937a, p.5.

¹⁵⁹ HORTA, 1994.

Logo, a perfeita adaptação do Método Francês ao caso nacional nos permite indagar: perfeita adaptação de acordo com interesse de quem? Qual era essa nação brasileira apontada nas páginas do Regulamento N.º 7 de Educação Física?

Pode-se propor que a justificativa utilizada tinha como argumento a consolidação de uma identidade nacional, por isso a tentativa de unificar um método de educação física por meio do Regulamento N.º 7. Ainda, dialogando com Hershmann quando o autor define o conceito de nação como “uma comunidade política imaginada”¹⁶⁰, concluo que o argumento de perfeita adaptação do método tinha como pressuposto a formação da nação brasileira dentro dos moldes europeus. Essa afirmação mostra a base eugênica sobre a qual foi constituído o Regulamento Geral de Educação Física no Brasil, pois a consolidação da raça brasileira deveria seguir um aperfeiçoamento para ficar semelhante às características dos corpos europeus.

Contudo, após dez anos da publicação do Decreto n. 21.324 de 1932 que oficializava o Regulamento N.º 7 de Educação Física no Brasil, foi lançado, em 10 de Novembro de 1942 pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, o “Inquérito sobre o Método Nacional de Educação Física”¹⁶¹. O Inquérito defendia justamente a questão de que o Brasil necessitava de um método de educação física genuinamente brasileiro.

Utilizo essa data como uma baliza do recorte temporal, pois a partir desse momento o Método Francês exposto no Regulamento N.º 7 vai encontrar resistências à sua difusão, sobretudo, com o argumento do Inquérito que ia de encontro à sua principal proposição: o Método Francês não se adequava às características brasileiras.

Como já elucidado, o Intelectual Innezil Penna Marinho foi um dos grandes defensores pela criação de um método de educação física nacional, em oposição ao domínio que se fazia sentir pelo Regulamento Francês. Entretanto, ele fazia uma concessão em relação ao Inquérito do Ministério da Educação e Saúde, argumentando que o verdadeiro método nacional de educação física se desenvolveria com o tempo, a partir das necessidades das pessoas, e apenas as

¹⁶⁰ HERSHMANN, 1994, p. 54.

¹⁶¹ ACCIOLY, INEZIL, 1956, p.187.

gerações futuras experimentariam este método¹⁶². Tanto o Inquérito da Divisão de Educação Física, como as proposições de Innezil Penna Marinho, eram permeados pelo discurso nacionalista. Diferentemente das justificativas da adoção do Regulamento N.º 7, no entanto, eles salientavam a necessidade de desenvolver um método de educação física que fosse comum aos brasileiros e que, para isso, partisse das necessidades desses cidadãos.

A nação não se identifica apenas pela unidade da raça como queriam Fichte e Mommsem. A uniformidade de usos e costumes, a comunidade de tradições, aspirações e necessidades são os fatores que concorrem para a formação de uma nacionalidade, para a criação de uma solidariedade nacional, sem o que nenhuma nação – última é mais vasta, complexa e compreensiva das modalidades com que se têm apresentado as sociedades humanas – pode subsistir. E o método nacional de educação física, que pretendemos, há de concorrer decisivamente para criar esse sentir comum, manifestado pela unidade de aspirações e sentimentos que fará de milhões de brasileiros um único cidadão.¹⁶³

A Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde centrou esforços, a partir de então, para a criação do Método Nacional de Educação Física. Nesse período, a Divisão fez um balanço de todos os professores e de todas as Escolas de Educação Física no Brasil. Ela tentou construir junto com esses profissionais um novo método, fazendo campanhas para que todos eles enviassem suas contribuições.

O final do Governo Getulista foi outro importante fator para a perda da influência do Regulamento N.º 7 de Educação Física nas Escolas Militares, pois a educação física militar tinha ganhado destaque nesse período, tendo até maior influência nas escolas civis. Com o final do Governo de Vargas a ênfase na educação física militar, orientada pelo Regulamento N.º 7, vai perder força e encontrar concorrência com outras proposições.

Um texto publicado na Revista de Educação Física do Exército em 1948 demonstrou a perda da unânimidade do Método Francês no Brasil. Essa Revista, publicada pela Escola de Educação Física do Exército do Rio de Janeiro, onde o Regulamento N.º 7 começou a ser utilizado, publicou a matéria “O método francês

¹⁶² MARINHO, 1945.

¹⁶³ Idem, p.12, 13.

em face da criação de outros métodos adaptáveis ao Brasil”¹⁶⁴, na qual eram apontadas as dificuldades da aplicação do Método Francês. A matéria não foi assinada, e pode ter sido escrita tanto por um intelectual, como por um comandante do Exército. No texto, destacou-se a necessidade de um Método Nacional, todavia ainda foram esclarecidos os usos do Regulamento N.º 7, afirmando o caráter científico da obra.

Desde algum tempo temos verificado entre alguns responsáveis pela educação física no meio civil, certa inquietação, decorrente da prática do método francês nos estabelecimentos de ensino primário, secundário e superior e sociedades desportivas em geral.

[...] os professores de educação física, sentem que as Lições não despertam o interesse necessário ao bom êxito dos exercícios; queixam-se da falta de variedade nos processos de trabalho, da ausência de atração dos flexionamentos e pequenos jogos; discutem a organização de grupos homogêneos ou a necessidade da volta à calma dêsse ou daquele modo.¹⁶⁵

O Regulamento N.º 7 de Educação Física foi deixando de ser na prática o guia oficial da educação física no Brasil, primeiramente entre as instituições educacionais civis, e, após, entre as instituições militares. Entretanto, algumas publicações posteriores ao Inquérito Nacional ainda se debruçavam a compreensão e a difusão do Método Francês. Um bom exemplo foi o livro publicado pelo Ministério de Educação e Cultura no ano de 1960 com o título “Educação Física – Método Francês”. Esta obra foi uma reimpressão da 1ª Parte do Regulamento N.º 7 de Educação Física. Contraditoriamente após o lançamento da Campanha Nacional de Educação Física em 1942, o livro publicado pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação afirmava que

Quanto mais nos aprofundamos no conhecimento dos modernos e dinamizados sistemas de Educação Física, mais nos convencemos da excelência do Método Francês da Escola de Joinville le Pont, que foi trazido ao Brasil pela Missão Militar Francesa e difundido por todos os rincões da Pátria, graças ao trabalho idealístico, à operosidade e ao espírito de civismo dos pioneiros da nossa Educação Física.¹⁶⁶

¹⁶⁴ REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948, p.2

¹⁶⁵ Idem

¹⁶⁶ BRASIL. Ministério da Educação e Saúde, 1960, p.3.

O percurso que a obra tomou dentro do contexto brasileiro demonstrou que ela seguiu a interesses políticos, e fundamentou-se sobre um discurso de nacionalismo e de eugenia, para fortalecimento da nação e criação de uma identidade nacional nos moldes europeus.

O Regulamento N.º 7 de Educação Física foi uma tentativa de unificar a educação física brasileira, a partir de pressupostos científicos. A obra, inicialmente adotada para orientar o treinamento dos corpos de tropa, ultrapassou esse objetivo, chegando até as instituições civis, pois as Escolas Militares, onde o Método se difundiu, foram as grandes responsáveis pela formação tanto de instrutores de educação física militar, como de professores civis, durante as décadas de 1930 e 1940.

A influência da obra sobre a Educação Física brasileira, nas décadas posteriores a 1940, diminuiu. Contudo, os resquícios deixados por esse Método podem ser encontrados até os dias atuais, pois sem dúvida, positivamente ou negativamente, o Regulamento N.º 7 de Educação Física teve grande contribuição para a constituição da Educação Física civil e militar no Brasil.

Destaco ainda, que diferente do que foi apontado pela autora Goellner (1992) em seu trabalho de dissertação, o Método Francês não foi transposto da mesma forma da caserna à escola, todavia ele foi construído para ser aplicado da mesma forma na caserna e na escola. Essa afirmação tem grande importância, pois muda completamente o olhar do pesquisador sobre o objeto e sobre o contexto. É através desse caminho que pretendo aprofundar a temática exposta aqui em um futuro próximo, e preencher as várias lacunas da história que este trabalho não pode contemplar, mas apenas formular hipóteses e tencionar.

FONTES

ACCIOLY, Aluizio Ramos; MARINHO, Inezil Penna. **História geral da Educação Física**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1956. (Série História e Organização da Educação Física e dos Desportos).

BERNARD. O Regulamento Geral de Educação Física. **Revista Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 82, p. 15-30, agosto de 1944.

BRASIL. Congresso. Senado. Decreto n. 14.784, de 27 de Abril de 1921. Regulamento a que se refere o decreto n. 14.784, de 27 de Abril de 1921. **Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, v. III, p. 667-749, mar./abr. 1921

BRASIL. Decreto n. 21.324, de 27 de Abril de 1932. Aprova o Regulamento de Educação Física (1ª e 3ª partes). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, v. 44, n. 103, 4 mai. 1932.

_____. Ministério da Educação e Saúde. **O inquérito sobre o método nacional de Educação Física realizado pela Divisão de Educação Física** (Contribuição ao método nacional de educação física). Rio de Janeiro: Tipografia Baptista de Souza, 1944.

_____. **Educação Física** (Método Francês). Edição de emergência. [s.l.]: [s.n.], 1960.

_____. **Discursos** – proferidos pelo Dr. Jorge de Moraes deputado pelo Amazonas. Nas sessões de 21 de Setembro de 1905 e de 30 de Junho de 1927. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

BRASIL. Ministério da Guerra. **Regulamento n. 7 de Educação Física**. 1ª parte. Rio de Janeiro: Estado Maior do Exército, 1937a.

_____. **Regulamento n. 7 de Educação Física**. 3ª parte. Rio de Janeiro: Estado Maior do Exército, 1937b.

_____. **Instruções para o Centro Militar de Educação Physica**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1930.

BONORINO, Laurentino Lopes; MOLINA, Antonio de Mendonça; MEDEIROS, Carlos M. de. **Histórico da Educação Física**. Vitória: Imprensa Oficial, 1931.

DEMENY, Georges. **Les bases scientifiques de l'éducation physique**. Paris: Librairie Félix Alcan, 1911.

MARINHO, Innezil Penna. Método Nacional de Educação Física. **Revista Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 85, p. 10-13, março/abril 1945.

LEITE, Barbosa João; RIBEIRO, Dantas Jair. **Manual de instrução physica**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1926.

RAMOS, Jair Jordão. **Fichário dos instrutores de Educação Física**. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1937.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, Rio de Janeiro, ano III, n. 18, p. 34, dezembro de 1934.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, Rio de Janeiro, ano IV, n. 24, p. 40, julho de 1935.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, Rio de Janeiro, ano IV, n. 25, p. 4, agosto de 1935.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, Rio de Janeiro, ano IV, n. 28, p. 30, dezembro de 1935.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. O método francês em face da criação de outros métodos adaptáveis ao Brasil. Rio de Janeiro, ano XII, n. 58, p. 2-5, abril de 1948.

REPUBLIQUE FRANÇAISE. Ministère de la Guerre. **Règlement général d'Éducation physique**. Méthode Française. Première partie. Paris: Editeurs Militaires, 1932a.

_____. **Règlement général d'Éducation physique**. Méthode Française. deuxième partie. Paris: Editeurs Militaires, 1931.

_____. **Règlement général d'Éducation physique**. Méthode Française. troisième partie. Paris: Editeurs Militaires, 1932b.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou, O ofício de historiador. Tradução de André Teiles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BIRARDI, Angela; BELATTO, Luiz Fernando B.; CASTELANI, Gláucida Rodrigues. **O Positivismo, os Annales e a Nova História**. Klepsidra: Revista virtual de historia, nº7, 2001. Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra7/annales.html>. Acesso em: 04 ago. 2009.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Traduzido por Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

FERREIRA NETO, Amarílio. **A Pedagogia no Exército e na Escola: A Educação Física Brasileira (1880-1950)**. Aracruz ES: FACHA, 1999.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOELLNER, Silvana Vidore. **O Método Francês e a Educação Física no Brasil: da caserna à escola**. 215 f. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência do Movimento Humano) – Escola Superior de Educação Física, Porto Alegre, 1992.

HERSCHMANN, Micael M. A arte do operatório. Medicina, naturalismo e positivismo 1900 – 1937. In: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org.). **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.43 – 65.

HOBSBAWM, Eric John. **Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. 3ª ed. Tradução de Maria Célia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930 – 1945)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. **Memória-História**. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997. v. 1.

LINHALES, Meily Assbú. **A escola, o esporte e a “energização do caráter”:** projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935). 266 f. 2006. Tese (Doutorado em Educação: Faculdade de Educação da UFMG) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2006.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas: UNICAMP, 1994.

MELO, Victor Andrade de. **História da educação física e do esporte no Brasil: panorama e perspectivas**. São Paulo: IBRASA, 1999.

PAIVA, Fernanda Simone Lopes de. **Sobre o pensamento médico-higienista oitocentista e a escolarização**: condições de possibilidade para o engendramento do campo da Educação Física no Brasil. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2003.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da história da Educação? Traduzido por Carlos Eduardo Vieira. **Revista Educar**, Curitiba, n.18, p. 13-28. 2001. Editora da UFPR.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: Raízes européias e Brasil**. 4ª ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. **Imagens da Educação no Corpo**. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. Georges Herbert e o Método Natural: nova sensibilidade, nova educação do corpo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, V. 25, n. 1, p.21-39, set. 2003.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. **Educação Física escolar e ditadura no militar no Brasil (1968-1984)**: entre a adesão e a resistência. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros** (uma crítica ao pensamento de Althusser). Tradução de Waltenir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo dos corpos**: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende. República e civilização brasileira. In: BIGNOTTO, Newton (org.). **Pensar a república**. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p.131-154.